



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GUSTAVO GUILHERME BARBOSA NOGUEIRA

**FATORES DE ATRAÇÃO E REPULSÃO DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA O
CANADÁ**

FORTALEZA

2019

GUSTAVO GUILHERME BARBOSA NOGUEIRA

FATORES DE ATRAÇÃO E REPULSÃO DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA O
CANADÁ

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e
Contabilidade da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Profa. Dra. Márcia Zabdiele Moreira

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N712f Nogueira, Gustavo Guilherme Barbosa.

Fatores de atração e repulsão da imigração brasileira para o Canadá / Gustavo
Guilherme Barbosa Nogueira. – 2019.

97 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,
Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências
Econômicas, Fortaleza, 2019.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Zabdiele Moreira.

1. Teorias migratórias. 2. Modelo de atração e repulsão. 3. Política migratória canadense.
I. Título.

CDD 330

GUSTAVO GUILHERME BARBOSA NOGUEIRA

FATORES DE ATRAÇÃO E REPULSÃO DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA O
CANADÁ

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e
Contabilidade da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Zabdiele Moreira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Ms. Juana Angélica Felipe Fernandes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

A meu irmão, Guilherme Júnior.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a pessoa mais importante da minha vida, minha mãe, Vânia, pelo o amor incondicional e apoio dado durante todos esses anos da minha vida.

Também não seria possível ter realizado esse trabalho sem a ajuda do meu pai, Guilherme, que me ensinou a sempre lutar pelos meus objetivos.

Agradeço minha irmã, Gabriela, por ensinar minhas atividades na infância e meu irmão Guilherme Júnior, por ser meu exemplo de dedicação nos estudos e na vida.

A família Barbosa, por me ensinar a importância da educação e pelo amor provido durante toda minha vida.

Aos meus companheiros do PET- UFC pelo apoio e amizade durante a graduação e por fazerem parte das minhas melhores lembranças do curso de economia da FEAAC.

Aos meus amigos de estágio da Enel Ceará por toda a compreensão e ajuda dada durante esse período de realização do trabalho.

A minha amiga Loren Guimarães, e meu amigo Humberto Venâncio por acreditarem no meu potencial e pelas mensagens de apoio.

Ao meu companheiro, Mario Davydov, obrigado por me aturar em todos os momentos e por tornar minha vida a melhor possível. Obrigado também por compartilhar, de perto, esse momento tão importante na minha vida. Que esse seja apenas um dos vários desafios que venceremos juntos.

Agradeço ao Miguel Silva por todas as dicas e bons momentos que tivemos juntos. Desejo-te o mundo de sucesso e felicidade.

A todos os entrevistados que me ajudaram na construção desse trabalho.

A professora Márcia Zabdiele por ter aceitado me orientar e por tornar esse trabalho possível. Obrigado por todas as dicas e ajuda.

Agradeço aos professores Diego Machado e Juana Fernandes por terem aceitado fazer parte da banca de avaliação deste trabalho.

A todos que contribuíram na minha formação e realização desse trabalho e não estão descritos aqui, mas estão no meu coração. Muito obrigado!

“A imigração fortalece não só a economia interna de um país escassamente povoado, mas também seu poder defensivo.” Albert Einstein

RESUMO

As migrações internacionais - ato que envolve a mobilidade humana permanente ou semipermanente de um país para outro - vem crescendo ao redor do mundo. No caso do Brasil, o país que antes tinha tradição em receber imigrantes, hoje em dia possui mais brasileiros no exterior do que imigrantes estrangeiros no seu território. Nesse sentido, a imigração brasileira para o Canadá vem crescendo notavelmente desde o final do século XX. Logo, o presente trabalho se propõe a analisar as causas da imigração brasileira para o Canadá, considerando os fatores de atração e repulsão em ambos os países. Para tanto, partiu-se de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores da área e da coleta de entrevistas realizadas com brasileiros que vivem no Canadá. Ademais, a análise dos dados se deu a partir da análise de conteúdo. Dessa forma, verificou-se que brasileiros estão emigrando haja vista as condições não favoráveis que o país vem apresentando no âmbito econômico (desemprego, crise econômica) e social (insegurança, corrupção). E que a escolha do Canadá como país de destino se dá, primordialmente, por o país ser economicamente forte, provedor de empregos e qualidade de vida, e ser aberto a imigração estrangeira com uma política migratória de incentivo a imigração legal. Portanto concluiu-se que a imigração brasileira para o Canadá ocorre devido aos fatores negativos do Brasil se sobressaírem aos seus fatores positivos, e aos fatores positivos do Canadá serem fortes o bastante para atrair os brasileiros para o país. Assim, acredita-se que, caso não haja uma melhora dos fatores repulsivos no Brasil, a imigração brasileira para o Canadá crescerá haja vista as possibilidades que o governo canadense proporciona, tanto de emprego e qualidade de vida, quanto de imigração legal.

Palavras-chave: Teorias migratórias. Modelo de atração e repulsão. Política migratória canadense.

ABSTRACT

International migrations - the act which involves permanent or semi-permanent human mobility from one country to another - has been growing around the world. In the case of Brazil, the country that previously had a tradition of receiving immigrants, nowadays has more Brazilians abroad than foreign immigrants in its territory. Taking this into account, Brazilian immigration to Canada has been growing steadily since the ending of the 20th century. Therefore, this paper has the purpose of analyzing the causes of Brazilian immigration to Canada, considering the push and pull factors in both countries. For that purpose, this paper was done with the help of a bibliographical review composed by the main authors of this specific area and a recollection of interviews of Brazilians living in Canada. In addition, the data analysis was based on content analysis. In this way, it was verified that Brazilians are emigrating due to unfavorable conditions that the country has been having in the economic (unemployment, economic crisis) and social (insecurity, corruption) departments. And that the choice of Canada as the main country of destination is primarily due to the country being economically strong, providing jobs and a good life quality, and that it is open to foreign immigration with an immigration policy to encourage such legal immigration. Therefore, it was concluded that Brazilian immigration to Canada occurs because of the negative factors in Brazil that stand out more than the positive factors, and the positive factors of Canada being strong enough to attract Brazilians to the country. Thus, it is believed that if there is no improvement of the repulsive factors in Brazil, the Brazilian immigration to Canada will grow considering the possibilities the Canadian government provides, both employment and a good life quality, as well as legal immigration.

Keywords: Migration theories. Push and Pull Model. Canadian Migration Policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise crítica das Leis da migração de Ravenstein	30
Quadro 2 – Vantagens e desvantagens do uso de entrevistas	77
Quadro 3 – Quadro de congruência	78
Quadro 4 – Resumo Análise de resultados.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Fatores de origem e destino e obstáculos intervenientes na migração	31
Gráfico 2	– Crescimento do PIB real (% a.a.) no Brasil.....	45
Gráfico 3	– Índice de Confiança do Consumidor (dados dessazonalizados) ...	48
Gráfico 4	– Índice de desocupação anual no governo Lula	49
Gráfico 5	– Índice de Desocupação no primeiro trimestre (2012 – 2019)	50
Gráfico 6	– Número e taxas de homicídio no Brasil (2006 – 2016)	54
Gráfico 7	– Evolução das taxas de homicídios mundial e da América do Sul por 100 mil habitantes (2000 – 2013)	55
Gráfico 8	– Taxa de homicídios no Brasil e regiões (2006 – 2016)	56
Gráfico 9	– Região da origem dos imigrantes por período	61
Gráfico 10	– Crescimento econômico países selecionados (%)	68
Gráfico 11	– Taxa de desemprego no Canadá	69
Gráfico 12	– Índice de Gini Canadá (2006 – 2016)	71
Gráfico 13	– Evolução dos preços das casas	72
Gráfico 14	– Idade dos entrevistados	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Expectativa de vida ao nascer no Brasil (1940 – 2017)	41
Tabela 2	– Ranking de universidades segundo o IGC (2017)	43
Tabela 3	– Taxa de desemprego 2018 (%)	51
Tabela 4	– Sistema de pontos e fatores de seleção	65
Tabela 5	– Média de temperatura em °C (janeiro – dezembro)	74
Tabela 6	– Informações dos entrevistados	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Bem-estar no Canadá (Better Life Index)	70
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização Nacional das Nações Unidas
SUS	Sistema Único de Saúde
WID	Wealth and Income Database

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	19
2.1	Conceito de migração	19
2.2	Teorias migratórias	20
2.3	O modelo de atração e repulsão	26
2.3.1	<i>Ravenstein e as “Leis da migração”</i>	26
2.3.2	<i>“Uma teoria da migração”</i>	31
3	FATORES DE ATRAÇÃO E REPULSÃO NO LOCAL DE ORIGEM: BRASIL	38
3.1	A emigração brasileira	38
3.2	Fatores positivos	39
3.2.1	<i>Sistema Único de Saúde</i>	39
3.2.2	<i>Educação Superior pública</i>	42
3.2.3	<i>Hospitalidade</i>	43
3.3	Fatores Negativos	44
3.3.1	<i>Crise econômica</i>	44
3.3.2	<i>Desemprego</i>	48
3.3.3	<i>Desigualdade</i>	51
3.3.4	<i>Violência</i>	54
3.3.5	<i>Corrupção</i>	57
4	FATORES DE ATRAÇÃO E REPULSÃO NO LOCAL DE DESTINO: CANADÁ	60
4.1	A imigração no Canadá	60
4.2	Fatores positivos	62
4.2.1	<i>País aberto a imigração</i>	62
4.2.1.1	<i>Política imigratória</i>	63
4.2.2	<i>Estabilidade Econômica</i>	67
4.2.3	<i>Bem-estar e qualidade de vida</i>	69

4.3	Fatores negativos	71
4.3.1	<i>Alto custo de moradia</i>	71
4.3.2	<i>Clima extremamente frio em algumas regiões</i>	73
5	METODOLOGIA	75
5.1	Tipo da pesquisa	75
5.2	Sujeitos da pesquisa	75
5.3	Coleta de dados	76
5.4	Análise de dados	77
6	ANÁLISE DE RESULTADOS	80
6.1	Fatores associados ao Brasil	80
6.1.1	<i>Fatores repulsivos</i>	80
6.1.2	<i>Fatores atrativos</i>	81
6.2	Obstáculos intervenientes	82
6.3	Fatores pessoais	83
6.4	Fatores associados ao Canadá	85
6.4.1	<i>Fatores atrativos</i>	85
6.4.2	<i>Fatores repulsivos</i>	87
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	92

1 INTRODUÇÃO

As migrações internacionais podem ser definidas como o ato que envolve a mudança permanente ou semipermanente de indivíduos ou grupos de um país para outro (LEE, 1966) e por se tratar de um fenômeno complexo e com determinações múltiplas, muitas são as frentes teóricas e os campos de estudo que buscam explicar suas causas (SALIM, 1992).

Dessa forma, segundo Soares (2002), muitas linhas de pesquisa que estudam sobre o tema tomam como referência a estrutura teórica dos fatores de atração e repulsão para analisar as causas das migrações internacionais. De antemão, os modelos de atração e repulsão partem do princípio de que fatores negativos no local de origem e fatores positivos no possível local de destino levam os indivíduos a migrar. Isso, pois as diferenças em fatores de cunho econômico, social e político dos países estimulam o indivíduo a se deslocar em busca de condições melhores de vida, principalmente relacionadas a oportunidades laborais (PEIXOTO, 2004).

No caso do Brasil, que vem experimentando uma onda de emigração a partir de meados da década de 90, na qual diversos brasileiros saíram do país em busca de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida devido à grande instabilidade política e econômica enfrentada na época da chamada “década perdida”. A partir daí, o país, que antes tinha a tradição de imigração, passa a “exportar” mais pessoas do que receber (ALMEIDA, 2011).

Além disso, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2019), os principais destinos dos brasileiros costumam ser países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e países da União Europeia, além do Paraguai, país com o qual o Brasil faz fronteira. Porém, recentemente, o Canadá passou a ser um destino bastante procurado pelos brasileiros, o que vem chamando a atenção da mídia e de estudiosos. Logo, mesmo que o número de brasileiros no Canadá ainda seja pequeno este vem crescendo notavelmente desde o final do século XX (BARBOSA, 2012). O que se pode observar a partir dos dados do censo canadense de 2016, em que a população brasileira no Canadá cresceu de 1.365, em 1986, para 29.315, em 2016 (STATISTICS CANADA, 2017). Além disso, em 2018, o Canadá emitiu o maior número de visto de residência para cidadãos brasileiros da história. E o número de vistos permanentes concedidos a brasileiros também aumentou. Em 2016, segundo os

dados do Consulado-Geral do Canadá no Brasil, disponibilizados pelo o portal Metrôpoles, 1.730 brasileiros receberam o visto para morar nas províncias canadenses, já em 2018 foram 2.760 vistos liberados.

Ademais, o Canadá, país objeto desta pesquisa, a partir de sua política de imigração econômica que incentiva a imigração de capital humano qualificado – educação, experiência profissional e proficiência em línguas – busca fomentar o mercado de trabalho e dinamizar sua economia. Segundo o censo canadense de 2016, dentre todos os estrangeiros trabalhadores mais de 50% tinha ensino superior ou níveis mais elevados de educação. Além disso, a seleção dos imigrantes ocorre de forma criteriosa e a partir de métodos específicos. Logo, Bloemraad (2012) infere ao Canadá o conceito de “modelo canadiano” como um exemplo de política migratória a ser seguida por outros países desenvolvidos. Dessa forma, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Canadá, dentre os países pertencentes do G7, possui o maior fluxo de imigrantes permanentes (legal).

Assim, o **problema** deste trabalho consiste em analisar as causas da imigração brasileira para o Canadá, considerando os fatores atrativos e repulsivos de ambos os países. Dessa forma, indaga-se: quais as principais causas da imigração brasileira à luz dos fatores de atração e repulsão?

O **objetivo geral** do trabalho é verificar quais as principais causas da imigração brasileira no Canadá a partir da análise dos fatores de atração e repulsão.

Os **objetivos específicos** abrangem:

- a) analisar o modelo de atração e repulsão proposto por Everett Lee (1966) verificando as possíveis aplicações ao caso da imigração brasileira para o Canadá;
- b) verificar quais os principais fatores atrativos e repulsivos no Brasil na perspectiva dos emigrantes;
- c) identificar quais os principais fatores atrativos e repulsivos no Canadá na perspectiva dos imigrantes;
- d) caracterizar a política migratória canadense.

Assim, visto que as migrações internacionais geram diversos impactos socioeconômicos nos países, essas constituem um tema contemporâneo de pesquisa, pois o deslocamento humano ao redor do mundo vem crescendo e diversos pesquisadores vêm atuando a fim de explicar e analisar as causas e os impactos desse fenômeno. Em 2015, segundo o mais recente relatório da Organização

Nacional das Nações Unidas (ONU) sobre os fluxos migratórios internacionais, o número de migrantes internacionais chegou ao patamar mais alto da história: 244 milhões de migrantes. Logo, a **justificativa** do trabalho se dá considerando-se que as causas da imigração brasileira para o Canadá é um tema pouco explorado, tendo como um dos poucos exemplos as obras de Schervier (2005) e Barbosa (2009). Portanto, o presente trabalho contribuirá, com percepções atuais sobre o tema, para o debate teórico sobre as relações migratórias entre o Brasil e Canadá.

Dessa forma, o trabalho em questão caracteriza-se como uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores da área. Os sujeitos da pesquisa são imigrantes brasileiros que moram no Canadá e o instrumento de coleta de dados utilizado foram entrevistas, realizadas a partir de chamadas de vídeos ou e-mails, dependendo da disponibilidade do entrevistado. Ademais, a análise dos dados se deu a partir do método não estatístico da análise de conteúdo.

O presente trabalho se divide em 7 capítulos, sendo o primeiro esta introdução que objetiva fornecer as informações iniciais sobre o trabalho despertando o interesse do leitor para a temática abordada.

O segundo capítulo discute o conceito de migração internacional e as principais visões teóricas sobre o tema. Além disso, descreve o modelo de atração e repulsão de Lee (1966), principal fonte teórica desta pesquisa. O terceiro capítulo busca verificar os principais fatores positivos e negativos do país de origem do migrante: Brasil, no intuito de verificar quais fatores agem no sentido de “expulsar” os indivíduos. O quarto capítulo busca verificar os principais fatores positivos e negativos do país de destino do migrante: Canadá, no intuito de verificar quais fatores agem no sentido de “atrair” os indivíduos, dando ênfase à política migratória canadense de incentivo à imigração estrangeira. O quinto capítulo traz a metodologia da pesquisa a qual justifica e descreve o tipo de pesquisa, os sujeitos, a coleta de dados e a análise dos mesmos.

Por fim, o sexto capítulo busca identificar as principais causas da imigração brasileira no Canadá a partir das conclusões extraídas dos capítulos anteriores e das entrevistas feitas com brasileiros que vivem no Canadá. E o sétimo capítulo finaliza o trabalho ao tecer comentários gerais sobre as conclusões extraídas após a análise das informações presentes nos capítulos anteriores.

2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

A fim de analisar o fenômeno das migrações a partir dos fatores atrativos e repulsivos no local de origem e destino, faz-se necessária à discussão de conceitos e teorias que apresentam aspectos relevantes ao trabalho. Ressalta-se que essa discussão dar-se-á a partir do campo das relações internacionais, que estuda, de forma interdisciplinar, os fluxos produzidos pelos humanos que atravessam as fronteiras entre os estados e os espaços comuns (CEPIK, 2018).

Assim, primeiramente busca-se apresentar o conceito de migração e as principais abordagens teóricas sobre o tema. Posteriormente, procura-se discutir os principais estruturantes do modelo de atração e repulsão proposto por Lee (1966), levando em conta as “Leis das migrações” de Ravenstein (1885). Ademais, a discussão do modelo será feita a partir dos pressupostos defendidos pelas principais teorias migratórias, numa perspectiva de complementaridade.

2.1 Conceito de migração

A migração é um fenômeno complexo, essencialmente social e com determinações múltiplas que tende a assumir feições próprias, diferenciadas e com implicações distintas para os indivíduos. Além disso, por se tratar de um componente demográfico relacionado às condições históricas das mudanças, o estudo da migração transita por áreas como a economia, a sociologia e a geografia. Esta última, talvez, a que tem mais dado atenção ao tema devido aos vínculos comuns com o espaço. Assim, não há um consenso sobre o conceito de migração, sendo este um ponto que gera muitos debates, pois não se consegue condensar em uma única definição todos os aspectos dos deslocamentos humanos (SALIM, 1992).

Por outro lado, segundo Peixoto (2004), a falta de uma concepção única sobre a definição da migração pode gerar vantagens, haja vista a interdisciplinaridade de seus estudos. Isso, pois, como o fenômeno importa um variado número de áreas de ensino e especialistas, ele tem sido desenvolvido sob diversas perspectivas teóricas, cujo conhecimento mútuo (devido ao pequeno número de investigadores) tem trazido grandes benefícios. Jansen corrobora com tal concepção ao descrever a migração como um problema interdisciplinar e com a preposição da esperada inexistência de uma “teoria geral da migração”:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicados àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante (JANSEN, 1969, p.60 apud PEIXOTO, 2004, p.4).

Assim, visto a diversidade conceptiva, faz-se necessário eleger uma definição para o fenómeno da migração. Segundo o autor neoclássico Lee (1966), migração pode ser definida como qualquer mudança permanente ou semipermanente de residência. Ademais, nenhuma restrição é feita a respeito da distância do movimento ou a natureza do ato de migrar, nem entre a mobilidade interna e internacional. Dessa forma, uma mudança de um bairro para outro da mesma cidade é considerada um ato de migração, assim como uma mudança entre Fortaleza, no Brasil, e Vancouver, no Canadá. Porém, ainda segundo o autor, as motivações e as consequências de tais movimentos são bastante distintas. No entanto, nem todos os movimentos de mobilidade espacial podem ser considerados migrações; excluem-se, por exemplo, os movimentos contínuos dos nômades e os movimentos temporários como os de ir para montanhas durante o verão. Logo, em toda trajetória de migração há um destino e uma origem, e envolve uma série de obstáculos, como a distância, tempo e a complexidade do movimento. Dessa forma, a abordagem adotada no trabalho será a que se refere o deslocamento humano de residência entre países, no âmbito das migrações internacionais.

2.2 Teorias migratórias

A respeito das teorias sobre as migrações, segundo Salim (1992), essas seguem a linha da multidisciplinaridade, em que não há um consenso sequer quanto aos critérios de classificação das diversas correntes teóricas. Logo, em alguns textos, determinados autores podem ser enquadrados como teóricos económicos e em outros como sociólogos, por exemplo. Contudo, quase todas as correntes teóricas atuais colocam como causa das migrações as desigualdades económicas, sociais e regionais. Porém, mesmo neste ponto as interpretações são divergentes. Ademais, outro fator consensual é a origem dos fluxos migratórios. Para a maioria dos autores

os fluxos se dão a partir do desequilíbrio espacial de natureza econômica, produtor de diferença de renda e emprego entre as áreas de origem e destino. Mas, além dessas concepções comuns, tudo parece ser contraditório:

Dependendo de cada enfoque teórico, a discordância fundamental pode se verificar na explicação da origem do desequilíbrio, na abordagem metodológica, nos pressupostos ideológicos e, principalmente, na interpretação dos fatores que determinam a migração ou das consequências que ela produz (SALIM, 1992, p.121).

Nesse sentido, Rocha-Trindade (1995) e Peixoto (2004) afirmam que diversas teorias buscam explicar o processo migratório, mas que essas teorias se enquadram em dois pólos principais. O primeiro refere-se às teorias voltadas à busca do equilíbrio. Já o segundo aborda as migrações pelo ponto de vista histórico-estrutural.

As teorias relacionadas à busca por equilíbrio seguem os princípios da teoria neoclássica das migrações, a qual afirma que o processo de migração se dá a partir da diferença das taxas salariais entre os países. Assim, os fluxos de migração seriam induzidos, primariamente, pelos mercados de trabalho. Logo, os autores neoclássicos defendem a teoria do equilíbrio de renda e de emprego entre os países. Ademais, a teoria neoclássica de migração tem como pressupostos, tanto no enfoque macro como no microeconômico, os seguintes elementos: maximização da utilidade esperada, escolha racional, livre mobilidade de fatores de produção e diferença entre os salários e as ofertas de emprego (MASSEY et al., 1993).

Segundo a ótica microeconômica, o fluxo migratório ocorre a partir apenas das vontades individuais e racionais, do indivíduo, família ou domicílio (BORJAS, 1989). Assim, os indivíduos calculam o custo e o benefício da experiência migratória e, a partir disso, tomam sua decisão. Já sob a ótica macroeconômica, que em certo ponto acaba que se entrelaçando com a microeconômica, a migração se dá primordialmente pela diferença entre os salários e as condições de trabalho entre os países de origem e os países destino. Então, nessa perspectiva, a migração internacional é causada pelas diferenças geográficas de oferta e demanda de trabalho. Massey et al. (1993, p.433) explicam:

Países com um grande número de mão de obra em relação ao capital têm um baixo equilíbrio de mercado salarial, por enquanto países com limitado número de mão de obra relativo ao capital são caracterizados por terem um alto mercado salarial, como mostrado graficamente pela interação familiar das curvas de oferta de trabalho e demanda (tradução nossa).

Dessa forma, essa assimetria promoveria a migração de mão de obra dos países com menores salários rumo aos países que possuem alta concentração de capital e salários mais elevados. Ademais, a migração acabaria à medida que oferta de trabalho diminuísse nos países que possuíam abundância de mão de obra, o que aumentaria o nível dos salários e à medida que oferta de trabalho aumentasse nos países abundantes em capital, diminuindo assim a média salarial. Sendo assim o equilíbrio estabelecido.

Além disso, vale ressaltar que de acordo com Sasaki e Assis (2000), o modelo neoclássico defendia que o êxito do processo de migração se dava por algumas características do migrante, como: domínio da língua da sociedade hospedeira, educação, experiência de trabalho e tempo de permanência.

Portanto, as teorias relacionadas à busca por equilíbrio afirmam que as migrações ocorrem a partir do desequilíbrio dos fatores de produção: capital, terra e recursos naturais. Ademais, induz que o ser humano é racional e decide se deslocar com o intuito de maximizar suas necessidades.

Outras teorias centrais sob a perspectiva do equilíbrio são as teorias do capital humano e as do modelo de atração e repulsão.

De antemão, os modelos de atração e repulsão partem do princípio de que fatores negativos no local de origem e fatores positivos no possível local de destino levam o indivíduo a migrar. Isso, pois as diferenças em fatores de cunho econômico, social e político dos países estimulam o indivíduo a se deslocar em busca de condições melhores de vida, principalmente relacionadas a oportunidades laborais. Ademais, os indivíduos fazem uma análise, a partir dos fatores positivos e negativos, do custo benefício da migração. Assim, as migrações apenas ocorrerão quando os custos do movimento são inferiores aos benefícios esperados (PEIXOTO, 2004). Neste sentido, Bailey afirma: “Custos e benefícios são estabelecidos sobre a situação de emprego e desemprego, variação de rendimentos, potencial de informação sobre novas oportunidades de trabalho e habitação, e redes sociais locais” (BAILEY, 1993 apud PEIXOTO, 2004, p.15).

Já a teoria do capital humano dá uma ênfase maior ao fator microeconômico das escolhas do indivíduo e seu principal argumento é que a análise econômica de custos e benefícios não é feita no curto prazo. Nesse sentido, segundo Peixoto (2004), o processo migratório envolve um investimento do migrante no seu

próprio potencial, ou no da sua família, cujos resultados apenas são atingidos a longo prazo. Ou seja, o migrante aposta na sua capacidade, ou de seus familiares (filhos, por exemplo) de gerar maiores rendimentos no futuro, mesmo tendo custos no presente. Os custos desse investimento podem ser custos de deslocação, custos de adaptação e custos por busca de informação do local de destino, etc. Ademais, os benefícios gerados pela migração estariam relacionados a melhoria da produtividade individual permitidos pela mudança de local. Assim, a migração internacional dar-se-ia no intuito de aumento dos rendimentos, do indivíduo ou da unidade familiar, possibilitado por uma melhor educação ou qualificação profissional, por exemplo.

Ainda sobre as teorias voltadas para o equilíbrio, Rocha-Trindade (1995) afirma que as principais críticas referentes a esse tronco teórico estão nas diferenças que existem entre os modelos e a realidade do processo migratório. Neste sentido, as maiorias das críticas giram em torno do fato do mercado não ser livre e das decisões não serem, primordialmente racionais. Visto isso, várias teorias acreditam que o equilíbrio de fato, não ocorre, como é o caso da teoria das dependências.

O pólo das teorias histórico-estrutural admite, segundo Salim (1992), que a migração é um fenômeno (relação, processo) social que analisa o fluxo composto por indivíduos de determinado grupo social-econômico, que emanam de estruturas societárias geograficamente delimitadas. Logo, diferente da concepção das teorias de equilíbrio, aqui, as migrações não são vistas como ato soberano do indivíduo ou soma das escolhas individuais. O autor conclui que:

Sendo a migração um fenômeno passível de múltiplas interpretações, a abordagem histórico-estrutural enfatiza, antes de tudo, a visão da estrutura como um todo, isto é, as condições estruturais de nível social, econômico e político que contextualizam sua dinâmica, tornam possível certas escolhas ou mesmo definem a natureza e direção dos fluxos migratórios na especialidade heterogênea e contraditória (SALIM, 1992, p. 125)

Rocha-Trindade (1995) enfatiza que o tronco teórico histórico-estrutural tem como principal categoria a análise das correntes migratórias. Ademais, está inserido em diversos modelos, tais como a teoria das dependências e das redes sociais.

A teoria da dependência surge com o intuito de contribuir e desafiar algumas hipóteses da teoria neoclássica. Diferente da teoria neoclássica, que acredita na equalização dos preços dos níveis salariais e o equilíbrio de renda entre os países, a teoria da dependência diz que os movimentos migratórios contribuem para o aumento do gap entre o país de origem do imigrante e o país destino. Sendo assim, o

subdesenvolvimento seria produto do desenvolvimento das economias dos países do centro capitalista:

[...] as relações internacionais se caracterizam pela exploração da periferia pelos países ricos do centro por intermédio de mecanismos como a troca desigual, do investimento direto e do financiamento aos desequilíbrios dos balanços de pagamento (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.118).

Massey et al. (1993) explicam que os países centrais, cujas características estruturais – concentração de investimentos, concentração do sistema financeiro, sistema bancário, como também da produção tecnológica – possuem uma alta demanda por mão de obra estrangeira. E, essa demanda pode ser suprida a partir da migração internacional. Assim, haveria uma “fuga de cérebros” dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos. O que se pode observar no Canadá, haja vista ser um país desenvolvido que estabelece metas anuais de entrada de imigrantes como uma política e resposta a sua demanda por mão de obra estrangeira.

Portanto, a teoria da dependência explica que o processo de migração internacional ocorre por diferenças socioeconômicas do Sistema Internacional como um todo, haja vista que a grande parte da migração ocorre de países periféricos (sul) para países centrais (norte) e a distribuição dos custos e benefícios desse processo tende a ser, quase sempre, desproporcional (MASSEY et. al., 1993). Desse modo Lima (2015, p.36) explica:

Parte-se da premissa de que os países centros são mais desenvolvidos devido ao crescimento de suas economias centradas na acumulação de capital. Contudo, apesar de seus sistemas de educação eficientes; devido à baixa densidade demográfica, a mão de obra qualificada disponível é geralmente insuficiente para atender a demanda. O resultado desta equação consiste na constante entrada de mão de obra estrangeira (seja esta de maneira legal, ou não autorizada).

Ademais, vale ressaltar a importância das contribuições feitas pela escola de Chicago e pela teoria das redes sociais no campo de investigação das migrações internacionais, haja vista que esses estudos não se limitam a condições econômicas e introduzem aspectos culturais e de estruturação de redes de relacionamentos a análise das migrações.

Os estudos da escola de Chicago, iniciados nos anos 20 e 30, foram desenvolvidos a partir do processo de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes da sociedade americana. Neste sentido, entendia-se que os migrantes passariam por um processo de assimilação estrutural e cultural no local de destino, abandonado, de forma progressiva, os valores e o modo de vida do local de

origem. Esse processo de assimilação passou a ser chamado de *melting pot*. Porém, o *melting pot* foi posto em xeque na medida que esse processo não se concentrou. Na realidade, os grupos de migrantes acabam transformando-se em grupos étnicos, mantendo elementos significativos de suas culturas de origem (SASAKI; ASSIS, 2000).

Já a abordagem teórica das redes sociais aponta a importância de se analisar as migrações internacionais a partir das relações sociais dos indivíduos. Sasaki e Assis (2000) explicam que, atualmente, os estudos dos processos migratórios focam sua investigação nos laços sociais que ligam os indivíduos nos locais de origem e destino, partindo do pressuposto que os deslocamentos contemporâneos não se limitam às questões econômicas. Dessa maneira, Singer (1980) introduz os laços sociais através de redes de familiares, amigos e conhecidos que são migrantes mais antigos como um forte fator de atração dos migrantes. E que estes migrantes mais antigos são essenciais no processo de adaptação do migrante recém-chegado, haja vista ao frequente mecanismo de ajuda mútua e solidariedade que ocorre entre os migrantes.

Ainda nessa linha de raciocínio, Póvoa-Neto enfatiza a importância das redes de contatos para explicar as movimentações populacionais, até mesmo em situações em que as diferenças sociais e condições de vida entre o local de origem e de destino são poucos perceptíveis: “Tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer “pontes” entre os lugares e a permitir o fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência” (PÓVOA-NETO, 1997, p. 22). Ademais, vale ressaltar que a análise das migrações propostas pelas redes sociais enfatiza os fatores sociais proporciona uma transação entre os modelos analíticos macro e microscópios (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Portanto, conclui-se que as migrações internacionais podem ser analisadas a partir de diversos campos de estudo e de diversas frentes teóricas. Assim, várias são as teorias que buscam explicar ou justificar o deslocamento dos indivíduos entre os países. Como cita Soares (2002), muitas linhas de pesquisa que estudam o tema tomam como referência a estrutura teórica dos fatores de atração e repulsão por esta abordar fatores econômicos, sociais e políticos dos países de origem e de destino como causa das migrações. Logo, a análise da imigração brasileira no Canadá abordada neste trabalho será feita a partir da preposição teórica dos fatores de atração e repulsão (*push-pull theory*), mais precisamente a desenvolvida pelo demógrafo

americano Everett Lee na sua obra “*A theory of migration*” de 1966. Vale ressaltar que a análise será feita também a partir dos pressupostos defendidos pelas principais teorias migratórias, numa perspectiva de complementaridade.

2.3 O modelo de atração e repulsão

2.3.1 Ravenstein e as “Leis da migração”

Considerado pioneiro nos estudos a respeito da migração internacional, o geógrafo e cartógrafo inglês Ernest George Ravenstein (1852-1913), a partir do seu trabalho intitulado “*The Laws of Migration*”, foi o primeiro autor a sistematizar um modelo com fatores que explicam a dinâmica da migração. Ravenstein se baseou nos dados do censo da Inglaterra de 1871 e 1881 e dos Países de Gales para elucidar leis gerais que regiam a migração, após concluir que os indivíduos não escolhem aleatoriamente o local o qual irão migrar (CASTRO, 2012).

Para isso, Santos et al. (2010) afirmam que o autor baseou-se em quatro principais pressupostos: 1) o desenvolvimento do capitalismo e os movimentos de migração estão estreitamente relacionados; 2) há uma desigual distribuição tanto da população quanto das atividades econômicas, o que leva alguns regiões possuir abundância de mão de obra e outras escassez, levando à existência de áreas de absorção (centros comerciais e industriais) e áreas de dispersão de mão de obra (regiões agrícolas); 3) a procura de mão de obra nos centros industriais é o principal motivador dos movimentos migratórios e 4) os migrantes se deslocam buscando melhorar sua situação material.

Dessa forma, Ravenstein (1889) afirma que a decisão de migrar de um território para outro se dá com base num binômio geográfico em que o indivíduo leva em conta as vantagens e desvantagens (econômicas, sociais, laborais, etc.) de residir e trabalhar no local 1 versus o local 2. Assim, a migração ocorreria por causa da existência de fatores de repulsão (*push factors*) no local de origem do migrante e de fatores de atração (*pull factors*) no local de destino. Logo, antes de migrar para determinado local o indivíduo observaria os aspectos positivos e negativos tanto do local o qual ele se encontra como do local de destino e a migração só ocorreria após considerar-se o custo benefício. No que diz respeito aos fatores de repulsão, estes geralmente são problemas que ocorrem no país de origem e que estimulam as pessoas a emigrar para outro local: elevada desigualdade social e econômica,

desemprego, baixos salários, fracas oportunidades de ascensão profissional e acadêmica, carência na área da saúde, perseguição política, ausência de liberdade religiosa, etc. Já a respeito dos fatores de atração, estes são aspectos bons ou desejáveis referentes ao país em que o indivíduo imigra, destacam-se: salários elevados, disponibilidade de empregos, segurança, educação e saúde de qualidade, clima favorável, reunificação familiar.

Vale ressaltar que há uma assimetria significativa quando o indivíduo compara os fatores de atração e repulsão do local de origem e com os do local de destino. Isto pois ao considerar o custo benefício da migração, o migrante normalmente tem um conhecimento mais real e empírico sobre os fatores do local de origem, enquanto o conhecimento sobre o local de destino é inexato e pautado, geralmente, em uma expectativa de um futuro promissor (RAVENSTEIN, 1889). Além disso, a percepção do local de destino pode sofrer grande influência da opinião de amigos e da mídia que pode corroborar como instrumentos de atração.

Na posição de historiador econômico, Ravenstein se declara favorável ao processo de migração haja vista que este estimula o crescimento industrial, ao transferir mão de obra de regiões com escassas oportunidades econômicas para regiões com melhores oportunidades, além de, ao mesmo tempo contribuir para a melhoria dos níveis de vida dos migrantes (RAVENSTEIN, 1889). Assim, o autor consolida seus estudos com a sistematização das “Leis da migração”, que segundo o próprio não possuía a mesma rigorosidade de leis como as leis da física. Segundo Castro (2012), as leis em questão possuem forte influência territorial e revelam três tipos de abordagem que interagem entre si. A primeira é a geográfica que aborda a distância e a direção dos fluxos migratórios, a relação dos espaços rurais e urbanos, e os movimentos de contracorrente. Já a segunda abordagem tem um caráter social e relaciona a migração com a tipologia dos fluxos associados ao gênero e à constituição familiar (agregados). Por fim, a terceira abordagem é a econômica, que ressalta a importância da indústria e do comércio como atração dos imigrantes e coloca motivações (possivelmente) laborais para a migração.

Ademais, para Ravenstein, o fator econômico seria o mais importante dentre os fatores considerados pelo o indivíduo no processo de migração e este seria essencial para constituição do modelo de atração e repulsão (1976) e para as Leis da Migração do geógrafo:

Leis ruins ou opressivas, uma alta taxação, um clima desagradável, um ambiente social incompatível e até a compulsão (intercâmbio de escravo, transportação), todos produzem e continuam produzindo correntes de migração, mas nenhuma dessas correntes pode se comparar em volume com aquela que surge pelo desejo inerente da maioria dos homens de melhorar em questões materiais (RAVENSTEIN, 1889, p.286, tradução nossa).

Logo, o modelo de atração e repulsão de Ravenstein vinha de encontro com a teoria neoclássica, pois entendia que o indivíduo era um ser racional que procurava sempre maximizar os seus lucros (*homo economicus*) e isso ocorreria através da migração para lugares em que pudessem obter melhores oportunidades laborais. Dessa forma, Ravenstein (1885) estabelece suas leis básicas e adicionais sobre migração, conhecidas como “Leis da migração”:

- a) a maioria dos migrantes apenas percorrem uma curta distância. Isso, pois existem custos no processo migratório, desde a busca de informação até a adaptação do migrante, o que aumenta assim as incertezas do local de origem, fazendo com que a maior parte dos migrantes se desloque para locais “perto”. Ademais, os migrantes vão em direção aos centros de absorção;
- b) o processo de dispersão é o inverso do de absorção;
- c) a maior parte da migração ocorre em etapas, haja vista que o migrante, antes de chegar nos centros urbanos, passam por cidades de pequeno e médio porte a fim de reduzir os custos do deslocamento. Caracterizando, assim, uma migração por estágios ou cadeia;
- d) cada corrente migratória seria capaz de produzir uma contracorrente compensatória. Isso, pois existem os chamados de migrantes de retorno, aquelas pessoas que se deslocam em direção contrária a corrente principal. Vale ressaltar que a contracorrente tem uma intensidade menor do que a corrente principal de migração;
- e) a maior parte das migrações se dão de áreas rurais para as áreas urbanas. Sendo os moradores das áreas rurais mais propensos a migrar do que os das áreas urbanas;
- f) os migrantes de longas distâncias geralmente preferem os grandes centros industriais e comerciais;
- g) as mulheres migram mais que os homens. Enquanto os homens tendem a migrar mais que as mulheres para longas distâncias, essas migram mais que os homens em curtas distâncias. Isso, pois as mulheres

tinham ofertas de trabalhos domésticos, em lojas e fábricas nos grandes centros urbanos.

- h) a maioria dos migrantes são adultos;
- i) o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos meios de locomoção contribuem para o fenômeno da migração.

Para Pacheco e Patarra (1977), as leis de Ravenstein significavam na verdade uma síntese do capitalismo que estava em expansão na época, e que necessitava de uma população trabalhadora, disponível ou potencial, para suprir os requisitos dinâmicos do sistema produtivo. Isso, pois a ascensão da era industrial durante a segunda metade do século XIX revolucionou a vida e as relações laborais de milhões de pessoas, que viam no processo de migrar uma oportunidade de melhoraria de vida.

Porém, os fatores de atração e repulsão e as Leis da migração do autor acabam não explicando diversas questões sobre o processo migratório. Observando sob a ótica “micro” das migrações, por exemplo, não é explicado o porquê de indivíduos semelhantes terem diferente propensão a migrar. Já observando o caráter “macro” não se sabe o porquê do grande fluxo migratório para áreas com muita população, haja vista que nestas poderá haver uma maior dificuldade na obtenção de benefícios devido à grande concorrência laboral (CASTRO, 2012). Além disso, Peixoto ressalta que, em certa medida, a natureza dos estudos de Ravenstein pode ser considerada primária: “eles são, essencialmente, uma dedução teórica baseada na realidade empírica, não muito sistemática, então disponível - primeiro o Recenseamento britânico de 1881 e, depois, dados para um conjunto mais alargado de países (europeus e norte-americanos)” (PEIXOTO, 2004, p.4). Nesse sentido, Castro faz uma análise crítica a respeito das Leis afirmando que estas possuem pressupostos demasiadamente lineares e poucos flexíveis, como observamos no quadro 1:

Quadro 1 – Análise crítica das Leis da migração de Ravenstein

Muitos migrantes deslocam-se para curtas distâncias	Os movimentos transoceânicos (Europa- América) tiveram bastante importância porque envolveram um número substancial de migrantes
O volume das migrações aumenta com o desenvolvimento da indústria e do comércio	Pode não acontecer com países receptores com políticas migratórias restritivas
A direção da migração é fundamentalmente das áreas agrícolas para as industriais (rural-urbana)	Também pode tomar outras direções (urbana-rural, por exemplo no caso das migrações sêniores do Norte/centro para o Sul da Europa)
As migrações de longa distância dirigem-se para os principais centros comerciais e industriais	As de curta distância também se podem dirigir para esses centros
A migração processa-se por etapas	No caso de migrações forçadas (refugiados e deslocados), tal pode não acontecer
Todas as correntes migratórias geram uma corrente	Questão relativa a "totalidade" das migrações assumida pelo autor
A população natural das cidades migra menos que as dos campos	Princípio relativizado pela circulação migratória de quadros com elevadas qualificações profissionais, oriundos de áreas urbanas
As mulheres têm mais mobilidade interna que os homens, mas os homens aventuram-se a migrar para locais mais distantes	Hoje em dia há tendências para uma equiparação do gênero, embora em algumas nacionalidades prevaleçam os fluxos masculinizados (por exemplo, países árabes)
Os migrantes são geralmente adultos. As famílias raramente emigram para grandes distâncias	Podem migrar adultos mais velhos (por exemplo, migrações sêniores). As famílias podem migrar para grandes distâncias (por exemplo, o caso das migrações transatlânticas)
As grandes cidades crescem mais à custa das migrações do que do crescimento natural	Poder -se -á aplicar esse princípio a todas as áreas da cidade?
As principais causas das migrações são de ordem económica	As teorias das migrações defendem outros intervenientes na decisão de migrar (por exemplo, aquisição de formação académica)

Fonte: Castro (2012)

Portanto, observa-se que as “Leis da migração”, embora criticadas pelo seu caráter empírico e falta de uma fundamentação teórica, mostram uma certa atemporalidade nos estudos de migração internacional, haja vista que são ponto de partidas para muitos outros autores. Segundo Peixoto (2004), diversos temas e conceitos introduzidos por Ravenstein: classificação de migrantes, correntes e contracorrentes, fatores atrativos e repulsivos, são os posteriormente estudados pelos os autores mais recentes. Ademais, o trabalho do geógrafo inglês está na base de todos os modelos modernos de atração e repulsão, ou como também conhecidos modelos de *push-pull* de vários autores como: (Lewis 1954; Ranis e Fei 1961, Sjaastad 1962; Todaro 1969; Harris e Todaro 1970).

E é neste sentido que Lee (1966) busca reformular a teoria de Ravenstein e criar uma série de hipóteses sobre o fenômeno das migrações. Sua generalização teórica sobre os fatores de atração e repulsão conhecida como “*A theory of Migration*” servirá como principal fonte para a abordagem teórica deste trabalho.

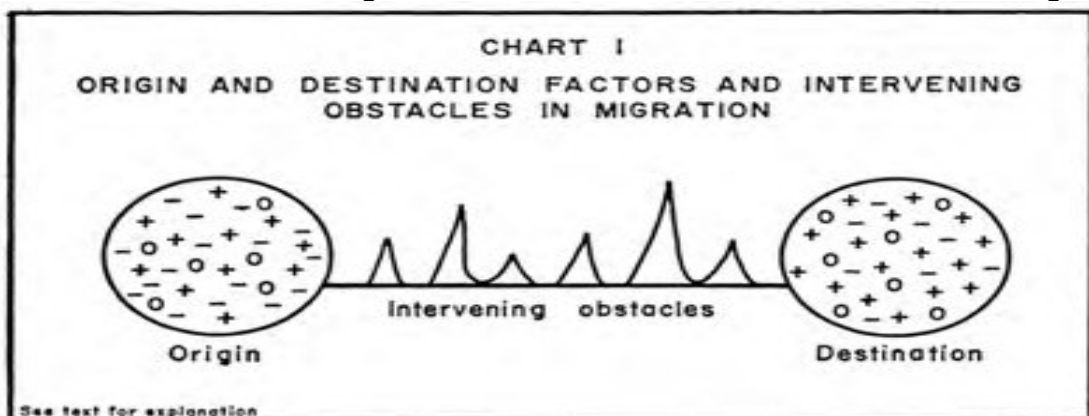
2.3.2 “Uma teoria da migração”

O demógrafo americano Everett Lee, a fim de enfatizar os fatores internos referentes a atração dos imigrantes, reformulou o modelo teórico de atração e repulsão de Ravenstein para construir sua teoria da migração que tinha como objetivo formular uma série de hipóteses sobre o volume das migrações, o desenvolvimento de correntes e contracorrentes, e as características dos migrantes (BALBINOTTO-NETO, 2009). Segundo Lee (1966), a construção dessas hipóteses se daria mediante a análise dos fatores que fazem parte do processo de decisão dos indivíduos de migrar. Embora, assim como Ravenstein (1889) considerasse as migrações fruto dos fatores atrativos e repulsivos, Lee introduziu a análise dos obstáculos intervenientes e dos fatores pessoais no processo de decisão de migração:

Os fatores que entrem na decisão de migrar e o processo de migração pode ser resumido em 4 títulos da seguinte forma: 1. Fatores associados com o lugar de origem; 2. Fatores associados com o lugar de destino; 3. Obstáculos intervenientes; 4. Fatores pessoais (LEE, 1966, p. 49-50, tradução nossa).

Os três primeiros fatores são explicados a partir do esquema construído no gráfico 1. Assim, segundo o autor, em um local existem inúmeros fatores que agem no intuito de manter as pessoas dentro do local ou atrair outras pessoas, e existem fatores que tendem a repeli-las. Isto é mostrado no diagrama como os sinais de + e -. Ademais, existem fatores, representados por 0, em que as pessoas são essencialmente indiferentes.

Gráfico 1– Fatores de origem e destino e obstáculos intervenientes na migração



Fonte: Lee (1966)

Dessa forma, as pessoas tenderiam a não migrar haja vista a existência de uma “inércia natural” que apenas seria vencida se o saldo a favor da migração fosse

extremamente positivo.

O autor ressalta que alguns desses fatores afetam a maioria das pessoas da mesma forma, por exemplo, um clima bom é atraente e um clima ruim é repulsivo para quase todas as pessoas. Já outros fatores afetam pessoas diferentes de maneiras diferentes; um bom sistema escolar pode ser considerado um fator + para pais com filhos pequenos e - para uma pessoa solteira devido aos altos impostos gerados. Além disso, o conjunto dos fatores atrativos e repulsivos tanto do local de origem como o de destino são diferentemente definidos para cada imigrante ou potencial imigrante. Porém, pode-se distinguir classes de pessoas que reagem de forma semelhante ao mesmo conjunto de fatores. E assim como o cálculo de prazer e dor de Bentham, o cálculo dos + e dos - da origem e do destino é inexato.

Assim como Ravenstein (1889) destaca, Lee (1966) afirma que existe uma assimetria entre os fatores associados a área de origem e os fatores associados a área de destino. Haja vista que a pessoa no momento de avaliar os fatores atrativos e repulsivos do local de origem tem uma informação mais concreta e exata pois a mesma se encontra no próprio local podendo fazer julgamento das próprias vivências. E possui um conhecimento inexato dos fatores o local de destino, tendo em conta que, algumas vantagens e desvantagens só podem ser percebidas quando se mora no local. Assim, há sempre um elemento de ignorância ou até mesmo mistério sobre a área de destino.

Sendo assim, segundo Lee (1966), embora as migrações resultassem de uma comparação de fatores atrativos e repulsivos na origem e no destino, estes por si só não decidiriam o ato de migrar. Isso pois entre qualquer ponto de origem e de destino existem os obstáculos intervenientes, que podem impedir o deslocamento das pessoas. Estes obstáculos podem ser: a distância, associada ao custo de deslocação; barreias físicas, como o Muro de Berlim; ou as leis de imigração de determinada região. Ademais, o autor ressalta que pessoas diferentes são afetadas de modo diferente pelo mesmo conjunto de obstáculos e que o efeito desse conjunto depende também do impedimento o qual o migrante é colocado:

Para alguns migrantes, estes são relativamente sem importância e a dificuldade dos fatores intervenientes é de consequência mínima; mas para outros, fazer o mesmo movimento, o impedimento, dentro do qual devemos reconhecer as crianças e pessoas dependentes, aumentam bastante as dificuldades provenientes dos obstáculos intervenientes (LEE, 1966, p. 51, tradução nossa).

A respeito dos fatores pessoais, Lee (1966) explica que estes são fatores que afetam lares específicos e facilitam ou retardam a migração, como idade, relação conjugal, grau escolar, etc. E ressalta que alguns deles são mais ou menos constantes ao longo da vida, enquanto outros estão associadas as fases do ciclo de vida. Assim, a decisão de migrar poderá ser condicionada a estrutura familiar, haja vista que o indivíduo pode levar em conta a existência de um conjugue ou filho como impedimento ou motivação para a migração. Isso, pois, o indivíduo pode desejar que os filhos sejam criados em um ambiente com um apoio familiar (avós, tios, etc.) e frequentem a escola no local de nascimento, com um intuito de preservar a identidade cultural original, o que acaba por impedindo a migração. Ou por outro lado, pode ver a migração internacional como uma alternativa de proporcionar melhor educação e melhores oportunidades de vida para os filhos, o que pode estimular a migração internacional, como indica a teoria do capital humano que destaca o investimento na educação dos jovens como forte motivação para as migrações tanto de caráter pessoal como familiar. Nesse sentido, o autor afirma que são as sensibilidades pessoais, a inteligência e a consciência das condições em outros lugares, que explicam por que algumas pessoas optam por migrar e outras não. Sendo assim, nesta perspectiva, é mais a percepção dos fatores de origem e destino que resultam a migração do que dos próprios fatores reais.

Outro fator que o autor destaca é que o conhecimento da situação no destino depende de contatos pessoais ou de informações que não estão disponíveis universalmente para todos. Logo, são de suma importância os contatos e as informações que são disponibilizadas ao migrante sobre o local de destino. Nesse sentido, a teoria do capital social e das redes sociais confere importância ao apoio de familiares e/ou amigos que já estão no local de destino que o migrante deseja ir, haja vista que estes atenuam os possíveis riscos decorrentes da migração a partir de ajuda, financeira (custos de deslocação), social (integração no mercado de trabalho e na comunidade) e afetiva (apoio cultural do território de origem) (CASTRO, 2012). Sasaki e Assis (2000) corroboram com tal princípio salientando a importância das redes sociais, pois estas se relacionam com os locais de origem e destino e são elementos constituintes das análises da contemporaneidade acerca dos novos fluxos migratórios. Singer também colabora com tal acepção afirmando que os laços sociais (redes de familiares, amigos e conhecidos migrantes mais antigos) são fatores condicionantes para a migração. Para o autor a adaptação dos migrantes recém-chegados se dá,

quase sempre, pela a ajuda mutua e da solidariedade de migrantes mais antigos no local (SINGER, 1980). Contudo, Pires coloca em pauta a parcialidade das informações que são fornecidas pelas redes de ajuda presentes no local de destino do migrante:

Na maioria dos casos os indivíduos, mesmo se migram em função de um cálculo racional de custos-benefícios, fazem-no num espaço de comparabilidade muito limitado, o que não permite relacionar o seu resultado com o critério da maximização (PIRES, 2003, p.73).

Logo, as informações adquiridas podem surgir como um entrave ao sucesso do projeto migratório, haja vista que nem todos possuem acesso ou capacidade de análise sobre os dados que foram dispostos e nem de operar sobre a realidade que o novo território oferecerá. Assim, muitas vezes, o migrante gera expectativas sobre o território de destino, projetando-o como um “território desejado”, e estas podem não corresponder a realidade de fato vivida no local (CASTRO, 2012).

Ademais, Lee (1966) ressalta que a decisão de migrar nunca é completamente racional, indo neste aspecto de desencontro com as ideias propostas pelo pensamento neoclássico. Sendo assim, o autor afirma que a questão econômica muitas vezes não é o fator principal para alguns indivíduos, logo exceções as generalizações propostas são aceitáveis.

Por fim, a partir das conclusões advindas dos fatores que levam o indivíduo a migrar, Lee formula suas hipóteses sobre o volume das migrações sob condições variadas, o desenvolvimento das correntes e contracorrentes e as características dos migrantes.

Assim, sobre o volume das migrações, Lee (1966) revela que este se dá a partir de seis aspectos principais:

1) *O volume de migração de um determinado território varia de acordo com o grau de diversidade das áreas incluídas nesse território.* Assim, áreas com maiores graus de diversidade teriam maiores níveis de migração, pois haveria o aumento da possibilidade de comparação entre fatores positivos e negativos dos locais de origem e de destino. Como no caso dos EUA no século XIX que estavam abertos à assentamentos e possuíam oportunidades suficientes para atrair pessoas que estavam insatisfeitas com seu local de origem.

2) *O volume de migração varia com a diversidade de pessoas.* Segundo o autor a diversidade das pessoas também afetaria o volume das migrações:

Onde há uma grande semelhança entre as pessoas, já seja por etnicidade ou

raça, educação, ou salário, ou costumes podem esperar uma taxa menor de migração do que onde há muita diferença. A diversidade das pessoas implica a existência de grupos que são especificamente qualificados para algumas metas (LEE, 1966, p. 52, tradução nossa).

O autor ressalta neste ponto que a diversidade de pessoas implica, inevitavelmente, numa sobreposição do status social de algumas pessoas. Ademais, que o racismo e a discriminação entre os grupos sociais e étnicos seriam regra e não exceção, mas que varia de lugar para lugar.

3) *O volume de migração está relacionado com a capacidade de superar os obstáculos intervenientes.* Como os obstáculos intervenientes são de suma importância na decisão do indivíduo de migrar pois geram entraves no descolamento, a diminuição destes tendem a aumentar as migrações. A queda do Muro de Berlim, por exemplo, ocasionou um grande volume de migração para a Alemanha Ocidental haja vista a remoção de um grande obstáculo interveniente.

4) *O Volume de migrações varia com as flutuações da economia.* Os ciclos de negócios afetam as migrações de várias maneiras, porém nada se compara com a maneira que eles afetam a percepção que o indivíduo tem a respeito dos fatores positivos e negativos no local de origem e de destino. Assim, quando determinado local está em período de expansão econômica, novos negócios e oportunidades de empregos são em um ritmo acelerado criados, e ocorre o recrutamento de operários que estão longe deste lugar. Logo, o autor afirma: “*The contrast between the positive factors at origin and destination is therefore heightened, and the negative factors at origin seem more distressing.*” (LEE, 1966, p. 53). Assim, partindo desse mesmo princípio, em períodos de crise econômica o volume de migrações tende a diminuir, pois a percepção dos fatores muda e os fatores positivos no local de destino não se tornam tão atraentes comparados com os do local de origem.

5) *A menos que controles severos sejam impostos, tanto o volume quanto a taxa de migração tendem a aumentar com o tempo.* O volume das migrações tende a aumentar com o tempo por causa de diversos fatores como: crescente diversidade de áreas, aumento de diversidade de pessoas e a diminuição de obstáculos intervenientes. Ademais, o avanço da tecnologia também teria papel importante, pois contribui para a diminuição dos obstáculos intervenientes, haja vista que a comunicação entre as pessoas se torna mais fácil e o transporte em relação a renda média mais barato. Nesse sentido, mesmo se não houvesse uma mudança no equilíbrio de fatores na origem e no destino, a melhoria tecnológica deveria aumentar

o volume da migração. Outro fator que também tende de aumentar a migração com o tempo é a própria migração, haja vista que uma pessoa que já migrou tem mais probabilidade de migrar novamente que uma pessoa que nunca migrou. Isso, pois uma pessoa que já migrou, além de já ter reduzido a inércia de permanecer do local de origem, possui uma alta capacidade de superar obstáculos intervenientes e uma crescente capacidade da sua habilidade de avaliar os fatores positivos e negativos do local de origem e destino.

6) *O volume e a taxa variam de acordo com o estado de progresso em um país ou área.* Assim, em um país economicamente progressista ocorre o aumento das diferenças entre as áreas devido o avanço industrial e o aumento da diferença entre as pessoas devido a educação. E ao mesmo tempo ocorre a diminuição dos obstáculos intervenientes migração, melhorando a tecnologia e o desenho político. Logo, o maior volume de imigração ocorre para países desenvolvidos, onde isso é permitido, e dentro deles há uma alta taxa de migração interna. Como é o caso dos EUA, país economicamente avançado que possui alta taxa de imigração internacional e migração interna. Sendo o caso, de maneira mais acentuada, de países como o Canadá em que, segundo o censo de 2016, a cada cinco pessoas que vivem no país como residentes permanentes ou cidadão canadenses são imigrantes. Por outro lado, nos países em desenvolvimento deve-se encontrar uma população na maior parte imóvel, que muda de residência sobe pressão e geralmente em massa, e não por ação individual.

Seguindo, Lee (1966) formula hipóteses sobre o desenvolvimento das correntes e contracorrentes. Primeiramente o autor explica que a migração ocorre a partir de fluxos bem definidos. Isso, pois fluxos bem definidos proporcionam oportunidades bem localizadas e porque os migrantes geralmente seguem rotas de transporte preestabelecidas. Ademais, para cada grande fluxo migratório existe um contrafluxo e este pode ser estabelecido por diversas razões como: diminuição de fatores positivos visto uma situação de depressão econômica e uma reavaliação do equilíbrio de fatores positivos e negativos na origem e no destino. Segundo o autor, a própria existência de um fluxo de migração cria contatos entre a origem e o destino, e a aquisição de novos atributos no destino, como habilidades e riqueza, possibilitam um retorno ao local de origem em condições melhores. Além disso, a eficiência do fluxo migratório seria maior se os fatores que originam a migração se alteram e menor no caso em que os fatores se mantêm na origem e no destino. E a eficiência do fluxo

migratório aumenta obstáculos forem grandes.

Ainda sobre os fluxos migratórios, Lee (1966) afirma que a eficiência destes varia a partir das condições econômicas, sendo altas em momentos de prosperidade econômica e baixas em momentos de depressão. Neste contexto, pode-se destacar a aproximação do autor com a teoria dos sistemas migratórios ao associar a eficiência do fluxo migratório à economia. Porém, pontos como fatores pessoais (sensibilidade e inteligência) e os contatos (informações), colocados pelo o autor no seu trabalho, podem desvalorizar esse pressuposto (CASTRO, 2012).

Por fim, o autor expõe as hipóteses sobre as características dos imigrantes. Lee (1966) conclui que a migração é seletiva, haja vista que as pessoas respondem diferentemente aos conjuntos de fatores positivos e negativos da origem e do destino. Além disso, as pessoas possuem capacidades diferentes de enfrentar os obstáculos intervenientes e diferem uns dos outros em termos de fatores pessoais. Portanto, o tipo de seleção varia podendo ser positiva se os migrantes respondem com sucesso as solicitações do local de destino ou negativa no caso contrário. Ademais, o processo de seleção positiva aumenta com a dificuldade dos obstáculos intervenientes. Assim, fica claro que os migrantes não são uma amostra aleatória da população de origem. Outros pontos destacados pelo autor é que a maior propensão a migrar em certas fases do ciclo de vida é importante na seleção dos migrantes e que as características dos migrantes tendem a ser intermediárias entre as características da população da origem e a população do destino.

Portanto, Lee (1966) destaca a dinamicidade que há nos territórios, no diz respeito à influência dos fatores positivos e negativos e à diversidade como determinantes na decisão de migrar. Ademais o autor ressalta a importância do migrante de responder os obstáculos intervenientes e se adaptar ao local de destino como determinantes também das migrações. Velez de Castro explica: “O processo de seleção acaba por ser determinado pelas próprias escolhas, características e determinação dos indivíduos, que também se relaciona com a conjuntura econômica” (CASTRO, 2012, p.207). Com isso, fica claro que Lee conseguiu não só reformular o modelo teórico de atração e repulsão de Ravenstein como criar uma base teórica que serve como ponto de partida para diversas análises sobre o processo de migração internacional.

3 FATORES DE ATRAÇÃO E REPULSÃO NO LOCAL DE ORIGEM: BRASIL

3.1 A emigração brasileira

Historicamente, o Brasil foi um país de imigração e sua formação socioeconômica esteve diretamente associada com a entrada de mão de obra de diversas nacionalidades. Porém, Patarra e Baeninger (1995) apud Almeida (2011) afirmam que a partir de 1930 houve uma diminuição da migração estrangeira e as necessidades de mão de obra foram sendo supridas pela migração interna. Sendo assim, apenas em meados da década de 1980, que as migrações internacionais voltaram a ter relevância na dinâmica demográfica brasileira, quando se observou um grande fluxo de brasileiros deixando o país com destino, principalmente, aos Estados Unidos, a Europa e ao Japão.

Dessa forma, em meados dos anos 90, a emigração brasileira ganha importância nos meios de comunicação e no âmbito dos estudos migratórios. Neste período, diversos brasileiros deixaram o país em busca de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida, haja visto a falta de estabilidade econômica advinda da “década perdida” marcada por uma recessão na economia. Sales (1995) aponta “estamos fugindo da década perdida pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais” (p. 94). Assim, segundo estimativas do Ministério de Relações Exteriores, em 1996, cerca de 1.419.440 milhões de brasileiros viviam fora do país. A partir desse momento, podemos observar o início uma inflexão na nossa tradição de “país de imigrantes.”

Ademais, diversos fatores estão relacionados aos fluxos de emigração dos brasileiros. Portes (1999) ressalta a presença de fatores históricos como fatores importantes na análise dos fluxos migratórios. Dessa forma, observamos um grande fluxo de brasileiros para países europeus haja vista ao vínculo histórico proveniente do próprio processo migratório brasileiro, que antigamente, caracterizava-se como receptor de população provenientes de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, entre outros. Outro fluxo de emigrantes relacionados a características históricas é o de trabalhadores brasileiros descendentes de imigrantes japoneses rumo ao Japão, o que garante o país o terceiro “lugar” entre os países receptores de brasileiros. Porém, atualmente, observa-se a formação de “novas lógicas migratórias” haja vista a criação de fluxos migratórios entre países sem vínculos aparentes, isso por causa

de aspectos relacionados a globalização e a própria evolução dos processos de mobilidade humana (WENDEN, 2001; SIMON, 2011 apud ALMEIDA, 2011). Nesse sentido, podemos observar a emigração brasileira para os Estados Unidos, principal país receptor de brasileiros, onde os aspectos culturais constituem uma dimensão importante na decisão de migrar. E a emigração brasileira para o Canadá, onde a quantidade de brasileiros vem aumentando consideravelmente desde o século XX.

Atualmente, segundo as estimativas do Itamaraty cerca de 3.083.255 brasileiros vivem no exterior, nos quais cerca de 1,4 milhão vivem nos EUA, 332 mil no Paraguai e 170 mil no Japão. Enquanto isso, segundo dados da Polícia Federal brasileira, publicados pela Uol notícias, cerca de 750 mil estrangeiros vivem no Brasil. O que ilustra o atual cenário em que há mais brasileiros no exterior do que imigrantes estrangeiros no Brasil.

Acredita-se que esse fluxo de saída de brasileiros vem ocorrendo devido, principalmente, a aspectos econômicos relacionados a oferta e a qualidade de emprego e ao rebaixamento da qualidade de vida do brasileiro, que busca no exterior uma oportunidade melhor de vida. Ademais, a saída de pessoas nos países subdesenvolvidos ocorre devido a limitada satisfação das oportunidades e ao não atendimento ainda do pleno emprego do mercado de trabalho (SANTOS, 2013).

Sendo assim, faz-se necessário a investigação dos fatores negativos e positivos presentes no Brasil que estão relacionados ao processo migratório desses emigrantes. Vale ressaltar que os fatores positivos atuam no sentido de manter as migrantes no Brasil e os fatores negativos atuam no sentido de repelir as pessoas do país.

3.2 Fatores Positivos

3.2.1 Sistema Único de Saúde

Apesar da sua qualidade questionável, o Brasil, diferente de países como os Estados Unidos, possui um sistema de saúde pública universal que cobre mais de 75,9% da população (RAMOS, 2017). O Sistema Único de Saúde (SUS) que, segundo Leal et al. (2018) surgiu no Brasil a partir de um histórico de lutas do movimento sanitário que tinham por finalidade a melhoria do atendimento de saúde, formalizou, a partir da constituição de 1988, o direito a saúde a todos os brasileiros.

Assim, o SUS constitui-se como uma política pública que define as ações e os serviços públicos de saúde, que tem como principais objetivos e atribuições a assistência as pessoas, a assistência farmacêutica, a vigilância epidemiológica e sanitária e a saúde do trabalhador (BRASIL, 1998 apud RAMOS, 2017). Dessa forma, Rocalli (2013) afirma que para alcançar tais objetivos, o SUS obedece aos seguintes princípios: universalidade e gratuidade, gestão democrática, gestão compartilhada (federal, municipal e estadual), participações filantrópicas e de setores privados, e humanização.

Com isso, Ramos (2017) afirma que o SUS é um dos maiores sistemas público de saúde do mundo, levando o Brasil a possuir o maior conjunto de procedimentos executados em hospital pagos por um único financiador, além de diversas outras conquistas possibilitadas a partir de sua grande estrutura que conta com o Programa de Saúde da família, unidades de saúde (postos, Upas, hospitais), Programa Mais Médicos, vigilância sanitária e programas de saúde mental e bucal. Com disso, o sistema possui referência internacional em tratamento do HIV/AIDS, em transplantes de órgãos e tecidos, e no Programa de Saúde de família, que atinge cerca de 120 milhões de brasileiros, sendo esse o mais amplo programa de atenção primária à saúde do mundo. Ademais, Paim (2018) corrobora com tal ideia ao afirmar que a partir do SUS o Brasil avançou no desenvolvimento de sistema de informação de saúde, como os referentes à mortalidade, além de se tornar referência em políticas de imunização, haja vista possuir o maior programa nacional de imunização do mundo. Além de frisar o caráter que o sistema tem de ampliar o acesso da saúde para as regiões fora dos centros urbanos e para a população mais pobre.

Dessa forma, podemos observar que, mesmo imperfeito, o sistema universal de saúde brasileira trouxe avanços efetivos em questões como aumento da expectativa de vida e diminuição da mortalidade infantil. A respeito da mortalidade infantil, houve uma diminuição considerável. Entre 1990 e 2015, houve uma redução de cerca 56% da mortalidade infantil que foi de 143 para 60 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, o que representa uma queda de 56% (LEAL, et al., 2018). Em 2016, a taxa também apresentou uma redução, haja vista que segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade, o número de mortes maternas foi de 1.463 casos, inferior ao apresentado em 2015 em que ocorreram 1.738 casos.

Sobre a expectativa de vida do brasileiro, essa vem crescendo desde 1940 e atingiu seu nível mais alto em 2017 chegando aos 76 anos, segundo dados do IBGE.

Ao analisar a tabela 1, percebe-se que em 70 anos a expectativa do brasileiro cresceu 30,5 anos. Se observarmos apenas as mulheres o número chega a ser ainda maior, um aumento de 31,3 anos entre o ano de 1940 e 2017.

Tabela 1 – Expectativa de vida ao nascer no Brasil (1940-2017)

Ano	Expectativa de vida ao nascer			Diferencial entre os sexos (anos)
	Total	Homem	Mulher	
1940	45,5	42,9	48,3	5,4
1950	48,0	45,3	50,8	5,5
1960	52,5	49,7	55,5	5,8
1970	57,6	54,6	60,8	6,2
1980	62,5	59,6	65,7	6,1
1991	66,9	63,2	70,9	7,7
2000	69,8	66,0	73,9	7,9
2010	73,9	70,2	77,6	7,4
2017	76,0	72,5	79,6	7,1
$\Delta(1940/2017)$	30,5	29,6	31,3	

Fonte: IBGE (2018)

Ademais, em termos comparativos, o SUS apresenta uma posição consideravelmente boa em relação a sistemas de saúde público de países como os dos Estados Unidos, maior potência mundial. Diferente do Brasil, os EUA, possuem 3 sistemas de saúde exclusivamente público (*Medicaid, Medicare e o Veterans Affairs*) e dois mistos, que não possuem caráter universal, não sendo acessível a toda a população. Basicamente, esses programas cobrem as os idosos, militares e pessoas extremamente pobres, porém boa parte da população não se enquadra nesses grupos. Assim, muitos norte-americanos acabam não sendo cobertos por esses sistemas, haja vista não ter uma renda tão baixa para ser considerados pobres, porém, não conseguem arcar com os grandes custos da saúde privada (RAMOS, 2017).

Portanto, como cita Ramos (2017), mesmo o SUS possuindo diversos problemas estruturais, o povo brasileiro deve se orgulhar de possuir um sistema de saúde que cobre boa parte da população:

Apesar dos percalços por que passou a implementação do SUS, se comparado ao que havia antes dele, representa uma vitória do povo brasileiro. Diferentemente do que é visto na mídia, o SUS é sim um grande patrimônio dos brasileiros; o que falta neste momento são recursos financeiros, quer por meio de nova contribuição para saúde, redução do superávit primário ou outra medida que venha a suprir a demanda do Sistema (RAMOS, 2017, p.11).

3.2.2 Educação Superior pública

O Brasil, diferente de diversos países pelo mundo, possui um ensino superior público gratuito, que vem passando por um processo de expansão desde o começo dos anos 2000, a partir da contrarreforma universitária proposta pelo então presidente Lula, em 2003 (NOMERIANO et al.,2012).

Segundo Nomeriano et al. (2012), nos anos 1990, período do governo FHC, houve a quebra do modelo universitário baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão, isso, com bases em políticas neoliberais propostas pelo Banco Mundial, o qual acreditava que a educação superior em países periféricos deveriam ter atuação exclusiva da iniciativa privada. Os Autores explicam que, as políticas propostas pelo Banco Mundial para países como Brasil, se davam no sentido de considerar a educação superior como uma “mercadoria”, que possibilitava lucro ao empresariado. E isso, com a justificativa do mal gerenciamento dos recursos públicos e altos gastos com assistência estudantil nesses países.

Neste contexto, a partir de medidas provisórias e decretos implantados em 2003, o presidente Lula inicia uma “reforma” universitária, com objetivos de democratizar o acesso ao ensino superior, propor um ensino gratuito e de qualidade, uma maior assistência estudantil e um sistema de avaliações que apontassem erros e soluções ao ensino:

A Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou, oficialmente, o seu curso com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) [...] O documento é composto de quatro partes, enfocando: ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da reforma universitária. O texto inicia reconhecendo a situação de crise da educação superior brasileira, em especial das universidades federais, mas atribui o problema à crise fiscal do Estado, sem maiores aprofundamentos de sua origem [...] (ONTRATA ,2006, p.1).

Neste contexto, foi lançado o programa REUNI, um dos elementos da reforma, e principal programa de expansão das universidades federais, que tinha como objetivo expandir o acesso ao ensino superior público a baixo custo. Visto isso, percebe-se que houve um aumento no número de matrículas nas Instituições Federais de Ensino Superior IEFS a partir dos anos 2000. Segundo dados do IBGE e da

ANDIFES, entre 2001 e 2010 houve um aumento de cerca de 99% dos números de matrículas nas IEFS, haja visto as em 2001 foram 531.634 alunos matriculados e em 2010 esse número chegou a 1.010.491.

Assim, atualmente, o sistema de ensino superior público brasileiro é mantido pelo poder público, a níveis federais, estaduais, o que não observamos em diversos países desenvolvidos ao redor do mundo. Segundo o relatório *Education at a Glance* de 2018, em 2015/16 nos Estados Unidos, a educação superior no nível de bacharelado custava cerca de 8 mil dólares, enquanto o mestrado chegava a custar 14 mil dólares já o Canadá, ainda que mais barato que os EUA, possuía anuidade de bacharelados em cerca de 5 mil dólares. Dessa forma, observa-se como positiva a iniciativa do governo brasileiro de oferecer ensino superior de forma gratuita como afirma Braga (2013):” outro problema lá nos Estados Unidos é que, como as universidades não são públicas, o governo não ajuda nada. Aqui, você tem uma USP, de ponta, sem pagar nada. A alimentação é R\$ 1,50. Nos EUA, mesmo na faculdade, onde é mais barato, os planos são de US\$ 10 [R\$ 20] por dia, que é caro para um estudante comer.”

Ademais, observa-se que as universidades públicas do país se constituem como as melhores avaliadas. Segundo os Índice Geral dos Cursos (IGC) de 2017, que mede a qualidade dos cursos divulgados pelo MEC, as 10 instituições universitárias melhores avaliadas eram públicas, como mostra a tabela 2:

Tabela 2 – Ranking de universidades segundo o IGC (2017)

Nome da IES	Sigla da IES	Categ. Administrativa	IGC (Contínuo)
Universidade Estadual da Campinas	UNICAMP	Pública Estadual	4,4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Pública Federal	4,3
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Pública Federal	4,2
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	Pública Federal	4,2
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Pública Federal	4,1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Pública Federal	4,1
Universidade Federal de Viçosa	UFV	Pública Federal	4,1
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	Pública Federal	4,0
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Pública Estadual	4,0
Universidade Federal de Lavras	UFLA	Pública Federal	4,0

Fonte: INEP (2017). Elaboração própria.

3.2.3 Hospitalidade

O povo brasileiro é conhecido internacionalmente por sua hospitalidade, que segundo Praxedes (2004) se caracteriza como o ato de receber bem o visitante, fornecendo-lhe conforto, bem-estar e generosidade, aspectos que normalmente seriam encontrados em sua casa. Dessa forma, Reis atribui o aspecto hospitaleiro do povo brasileiro ao processo de colonização e formação multicultural do Brasil, que proporcionou uma cultura de relacionamentos menos individualistas e mais social:

Aqui, houve o encontro, a intercomunicação e a fusão harmoniosa de tradições diversas de cultura. A cultura européia se pôs em contato com a indígena, contato amaciado pelo óleo lubrificante da mediação africana. A invasão, escravização e estupro de negras e índias pelos portugueses não foi seca: foram lubrificadas pela doçura africana, pela forte excitação da mulher indígena, pelos presentes e novidades dos brancos, pela adaptabilidade, aclimatabilidade, miscibilidade, plasticidade e falta de orgulho de raça do português (REIS, 2006, p. 68).

Assim, o autor confere então carácter importante a miscigenação racial construtora da cultura de hospitalidade do povo brasileiro. Holanda (1995) apud Oliveira e Martins (2009) corrobora com tal ideia ao afirmar que a hospitalidade dos brasileiros ao estrangeiro está relacionada com a formação multicultural e racial que tornou o povo receptivo às demais raças e culturas. Ademais, ainda segundo o autor esse aspecto da hospitalidade está relacionada com a cordialidade que o brasileiro possui nas suas relações pessoais, que em certo momento chegou a transbordar para relações comerciais. Seria então, a hospitalidade um bem imaterial inerente ao povo brasileiro. O fato é que essa hospitalidade é percebida internacionalmente haja vista que, segundo uma pesquisa realizada entre 2004 e 2005 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FINE- e o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR/ Ministério do Turismo, observou-se que o motivo principal que incentiva a vinda dos estrangeiros para o Brasil era a “hospitalidade/gosto pelo Brasil” (OLIVEIRA, MARTINS, 2009).

3.3 Fatores Negativos

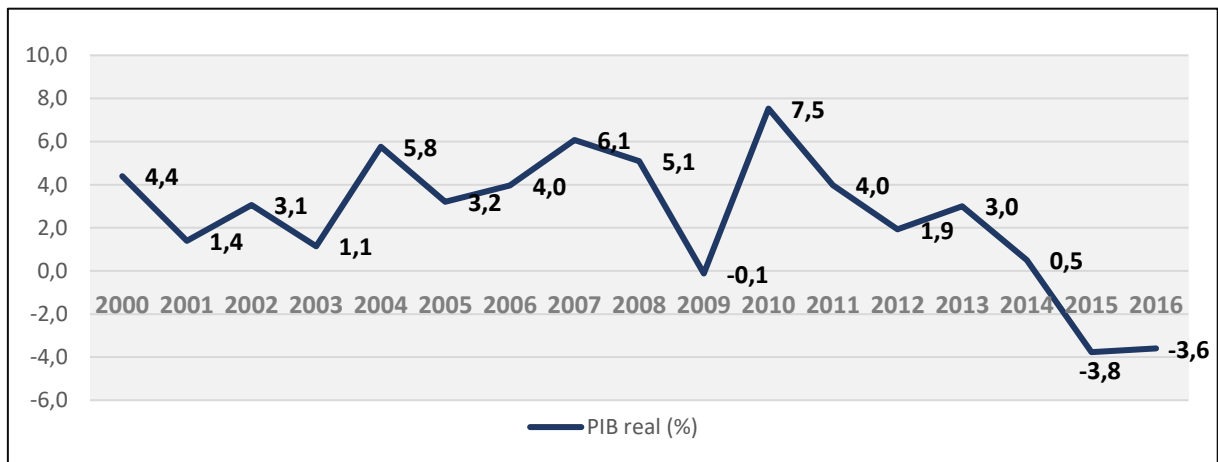
3.3.1 Crise econômica

Após um longo período de expansão (2003 - 2013), em que a taxa de crescimento média foi de 4% a.a, a economia brasileira contraiu-se bruscamente a partir de 2014, e passou a sofrer uma forte e prolongada recessão em 2015 e 2016. Neste período de recessão, a taxa de crescimento do PIB média chegou a -3,7% e o

país passou a sofrer uma piora de diversos indicadores sociais (PAULA; PIRES, 2017).

Dessa forma, para entendermos a atual crise econômica que o país vem sofrendo precisamos, primeiramente, verificar a dinâmica da economia brasileira. Segundo Paula e Pires (2017), a economia brasileira, desde 1980, vem apresentando uma dinâmica de crescimento do tipo *stop-and-go* em que pequenos ciclos de crescimento são alternados com desacelerações econômicas, muitas vezes bruscas. O que se pode observar a partir do gráfico 2 referente ao crescimento do PIB real de 2000 a 2016:

Gráfico 2 - Crescimento do PIB real (% a.a.) no Brasil



Fonte: IBGE (2019). Elaboração própria.

Em 2000 o PIB real obteve um alto crescimento de 4,4%, já de 2001 a 2003 observamos uma certa desaceleração, haja vista o crescimento médio de 1,9%. Entre 2004 e 2008, o PIB real apresentou um crescimento médio anual de 4,8%, e em 2009, devido a crise econômica mundial, houve uma desaceleração com um crescimento de -0,1%. Em 2010 o produto voltou a crescer e o crescimento do PIB foi de 7,6%. Nos anos seguintes, 2011 a 2014, o PIB real cresceu 2,4% a.a média, até que em 2015 o PIB real passou a ter um crescimento negativo devido a crise e recessão econômica que o país enfrentava. Assim, o PIB médio decresceu, nos anos de 2015 e 2016, 3,7%. O que, segundo Pochmann(2018), caracterizou-se com a maior recessão brasileira desde a sofrida na década de 1930.

Assim, observa-se que nos dois primeiros governos Lula tivemos anos de crescimento econômico com pequenas desacelerações e a partir do segundo Governo Dilma o país entrou numa recessão (2015-2016), a qual ainda gera resquícios.

Segundo Mattei e Magalhães (2011), a política econômica do governo Lula pode ser dividida em duas fases. A primeira, que cobre praticamente todo o primeiro mandato (2003-2006), é marcada pela manutenção das políticas neoliberais adotadas no final do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC): metas de superavit primário, inflação e regime de câmbio variável. Tais medidas tinham como objetivo passar confiança aos investidores nacionais e internacionais visando à estabilidade econômica. De fato, esses objetivos foram alcançados, haja vista que em 2003, por exemplo, o país além de obter um superavit de 4,25% do PIB, houve uma redução da inflação para 9,30 % e para 7,60% no ano seguinte. Já a segunda fase, que cobre o segundo mandato (2007-2010), é denominada de liberal-desenvolvimentista caracterizado por uma intervenção mais forte do estado. O objetivo era promover um maior número de investimentos internos e externos, estimulando a economia e gerando empregos, a partir de nível de superavits e juros menores.

Ademais, o ciclo do crescimento da economia mundial ajudou a impulsionar a economia brasileira no período do governo Lula. O forte crescimento dos Estados Unidos e da China, nos anos 2003 a 2008, resultou no aumento da demanda por produtos brasileiros o que estimulou o crescimento econômico do Brasil. Assim, o país passou a exportar um grande volume de *commodities*, principalmente para China, o que estimulou a economia a gerar empregos, renda e atraiu investimentos estrangeiros internos e externos. Além disso, a entrada de dólares advindos da venda das *commodities* proporcionou a valorização do Real frente ao dólar, o que gerou um aumento significativo das reservas cambiais brasileiras que passaram de US\$ 37.652 milhões de dólares em 2003 para US\$ 206.806 milhões de dólares 2008 (MATTEI; MAGALHAES, 2011).

Porém, Pereira (2016) explica que neste cenário de crescimento econômico e de arrecadação tributária decorrente do crescimento econômico da economia mundial, o governo deixou de promover políticas que visavam o aumento do superavit primário, com intuito de resguardar a economia do país a eventuais obstáculos. De fato, o que houve foi um aumento das despesas primárias do governo a partir de 2003. Esse aumento foi fomentado até 2010, pela receita extra que o país possuía, porém com o fim do ciclo econômico mundial puxado pela crise de 2008, a arrecadação passou a cair, e as despesas não, o que gerou a partir de 2011, um desequilíbrio das contas do Governo. Ademais, esse desequilíbrio foi agravado a partir do modelo batizado de “nova matriz econômica” proposto no primeiro governo Dilma que persistiu

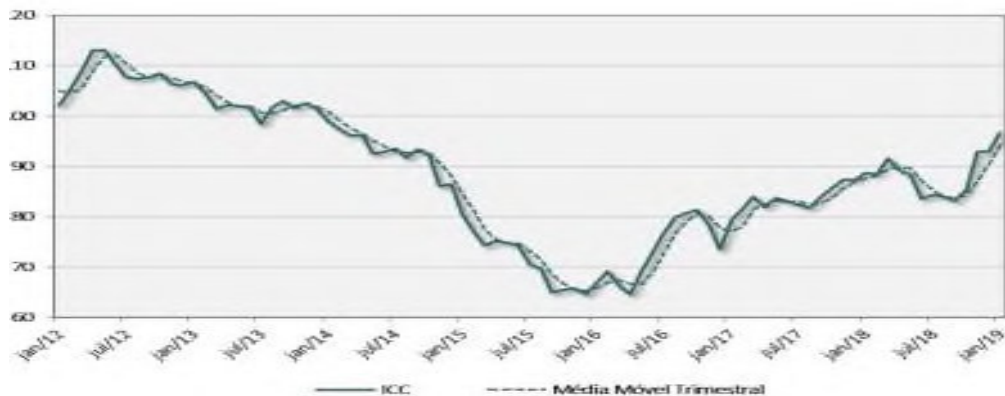
em dar incentivos ao consumo através da redução da taxa de juros, aumento de créditos e subsídios, intervenção de preços administrativos a fim de controlar inflação e flexibilização das metas de superavit.

Logo, segundo Barbosa Filho (2017) a crise econômica atual é resultado do modelo de crescimento adotado pela presidente Dilma. Segundo o autor, o modelo de crescimento adotado gerou choques de oferta e demanda, devido aos erros de política econômica ocorridos nesse período, haja vista que houve a promoção do aumento de juros em períodos em que a inflação caía e a redução dos juros enquanto a inflação subia. O que acabou acelerando a inflação e diminuindo a confiança dada ao Banco Central no combate a inflação.

Ademais, Pereira (2016) afirma que a crise econômica atual brasileira não é fruto da conjuntura e de problemas externos, visto que entre 2010 e 2016 a média mundial de crescimento do PIB foi positiva e superior a 2,40%. O Canadá, por exemplo, cresceu em média 2,2% anualmente nesse mesmo período. Assim, o autor conclui que a origem da crise brasileira atual está nas políticas econômicas e nas políticas anticíclicas, prócíclicas e na “nova matriz econômica” adotadas a partir de 2009 e 2011.

Atualmente, segundo dados do IBGE, o PIB real apresentou um crescimento anual em 2018 de 1,1%, o que mostra a ainda lenta recuperação da economia, haja visto que o PIB do país ainda segue abaixo do nível registrado no período de pré-recessão. Podemos perceber essa lenta recuperação a partir do Índice de confiança do Consumidor (ICC), que avançou em janeiro de 2019 pelo quarto mês consecutivo, atingindo 96,6 pontos, porém encontra-se ainda abaixo dos anos antecessores a recessão, como mostra o gráfico 3:

Gráfico 3 - Índice de confiança do Consumidor (dados dessazonalizados)



Fonte: FGV (2019).

Vale ressaltar que o ICC reflete a confiança da população na situação geral do país. Dessa forma, quando as famílias não possuem confiança nas condições atuais do país e nem nas condições futuras acabam consumindo menos com receio de aumentar o endividamento e num futuro passarem por uma situação de diminuição de renda ou desemprego. E conseqüentemente, ocorre também a queda dos investimentos.

Além disso, outro reflexo da crise é a taxa de desemprego que nos primeiros meses de 2019, segundo o IBGE chegou a 12,7%.

Com isso, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2016, que mede o desenvolvimento dos municípios brasileiros, a crise econômica atrasou o desenvolvimento do Brasil em 3 anos. Os dados atuais mostram que, em 2016, o IFDM geral ficou em 0,6678 abaixo do alcançado em 2013 que ficou em 0,6715 e não foi suficiente para reverter a perda acumulada de 3,1% dos anos anteriores. Vale ressaltar, que para calcular o índice a Firjan monitora as áreas de emprego, renda, educação e saúde dos estados com base em estatísticas oficiais dos ministérios. Ademais, o índice varia de 0 a 1, e quanto mais perto de 1, maior desenvolvimento.

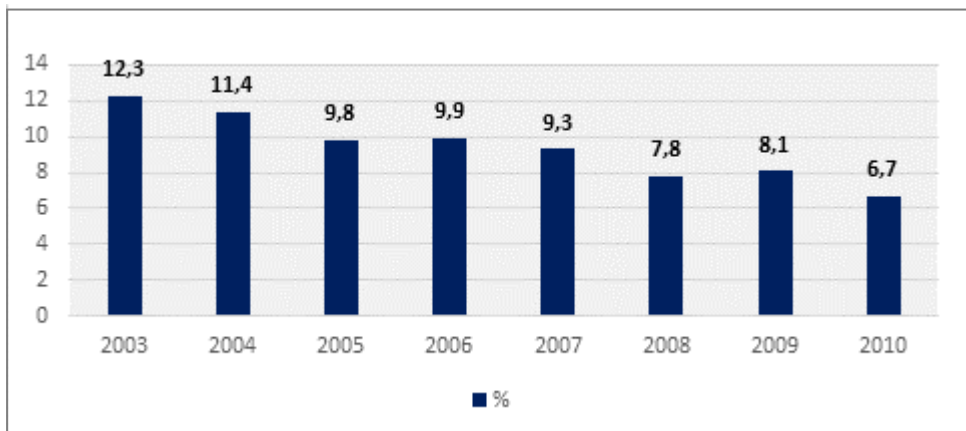
3.3.2 Desemprego

O desemprego tem sido um dos grandes problemas socioeconômicos enfrentados pela população brasileira e, a partir da implementação das políticas neoliberais passou ser umas das principais questões sociais em debate (CORREA; CORREIA; 2016).

Durante os anos 1995 e 2002, regime do presidente FHC, a taxa de desemprego brasileira sofreu um aumento significativo, atingindo seu ápice em 1999 de 12,1%. Corrêa e Correia (2016), afirmam que a intensificação do desemprego se deu devido ao aprofundamento das políticas neoliberais adotadas pelo governo, além da crise econômica em que o país enfrentava em 1998. Ademais, neste período o desemprego atingiu a população de forma desigual, haja vista que a taxa de desocupação entre as mulheres era, em 1999, de 12,11%, contra 7,9% dos homens. Além disso, os salários médios sofreram uma diminuição. O rendimento médio mensal dos homens de todos os trabalhos realizados passou de R\$1,151,00, em 1995, para R\$1.016,00 em 2002. Quanto as mulheres, estas ganhavam R\$721,00 em 1995 e passaram a receber em média R\$ 714,00.

No período seguinte, mandatos do presidente Lula (2002-2010), em que houve um aquecimento econômico da economia brasileira, observou-se uma diminuição dos índices de desocupação no país como exposto no gráfico 4:

Gráfico 4 - Índices de desocupação anual no governo Lula



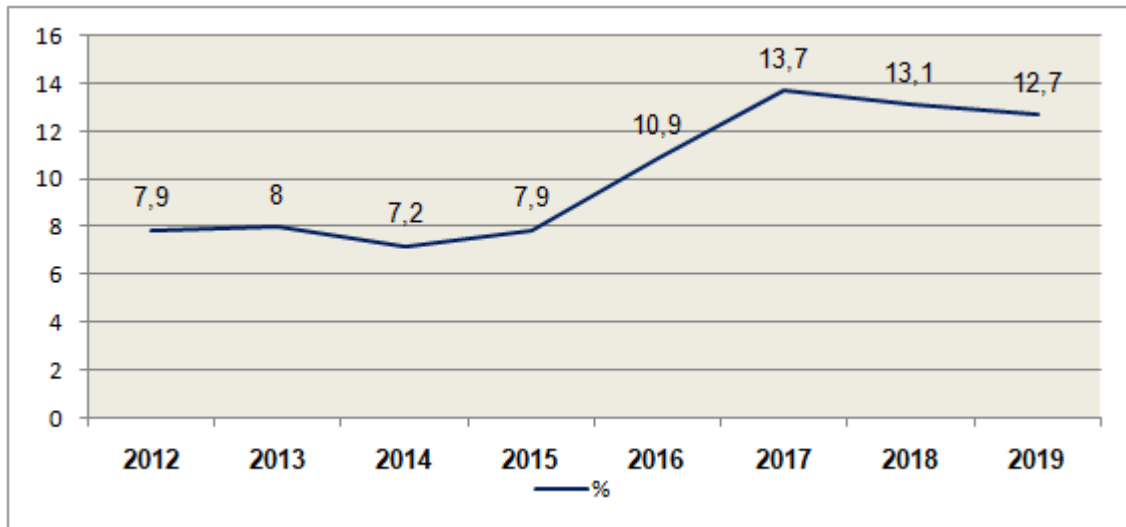
Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Porém, estudos mostram que a maioria dos postos de trabalho criados na década de 2000 tinham como características a baixa remuneração. Pochman apud Corrêa e Correia (2016, p.6) explica:

Do total líquido de 21 milhões de postos de trabalho criados na primeira década do século XXI, 94,8% foram com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal. Em contraposição, os empregos com rendimento maiores que 5 salários mínimos sofreram uma queda de 4,3 milhões de ocupações. E os com rendimento de 3 a 5 salários mínimos sofreram com a perda de 400 mil postos de trabalho.

Assim, após uma trajetória de sucessivas quedas, a taxa de desemprego no Brasil vem aumentando desde o início de 2015, em que o país começa a sentir as consequências de crise e recessão econômica, chegando 12,7% no primeiro trimestre de 2019, atingindo 13,4 milhões de pessoas. Um aumento de 4,8 p.p comparando-se com o mesmo período de 2015.

Gráfico 5 - Índices de Desocupação no primeiro trimestre (2012-2019)



Fonte: IBGE (2019). Elaboração própria.

Diante disso, Pochmann (2015) afirma que a partir de 2015, a trajetória de evolução do mercado de trabalho brasileiro foi significativamente modificada, haja vista que não só o desemprego voltou a crescer rapidamente como também o salário médio dos trabalhadores passou a perder poder aquisitivo. Só nos primeiros sete meses de 2015, por exemplo, o salário médio real decaiu 4,7%. Dessa forma, a diminuição de renda dos trabalhadores tende a gerar um maior acirramento da competição entre os trabalhadores gerado tanto por aqueles que perderam o emprego quanto pelos novos ingressantes. Ademais, segundo o autor o aumento do desemprego não é homogêneo entre os trabalhadores, haja vista que esse mostra-se ser mais intenso para mulheres, pessoas com maiores idades e menos escolaridade.

Assim, em termos comparativos observa-se que a taxa de desemprego brasileira se encontra num patamar elevado. Em 2018, segundo dados da Bloomberg, o Brasil apresentou a maior taxa de desemprego se compararmos dez países da América Latina, que correspondem a mais de 90% do PIB latino-americano:

Tabela 3 - Taxa de desemprego 2018 (%)

Países	(%)
Brasil	12,3
Colômbia	10,8
Argentina	9,2
Costa Rica	7,9
Uruguai	7,9
Chile	6,9
Peru	6,7
Panamá	6,3
Equador	4,8
México	3,3

Fonte: Bloomberg (2019). Elaboração própria.

3.3.3 Desigualdade

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo onde, em 2015, apenas seis pessoas possuíam a riqueza equivalente a metade da população mais pobre. Ademais, essa desigualdade se apresenta na renda, sexo, raça e região e vem aumentando após sucessivos anos de melhorias nos indicadores (OXFAM, 2017).

Lemos (2008) cita alguns fatores históricos que podem explicar a distribuição assimétrica dos indicadores sociais e econômicos brasileiros. Primeiramente, o autor afirma que o “milagre econômico”, que ocorreu na ditadura militar, não alcançou toda a população e gerou uma concentração de renda. Em 1960, período antecessor a ditadura o índice de Gini - indicador que mede a distribuição de renda na população e que varia de 0 a 1, sendo mais desigual quanto mais próximo de 1 - era de 0,54 e aumentou para 0,63 em 1977. Outro fator, que influencia a desigualdade no Brasil é a inflação que acaba penalizando a classe trabalhadora e de certa forma transfere renda dos mais pobres para os mais ricos. Além disso, o autor explica que a estabilização econômica alcançada em 1994, a partir do plano Real se deu por meio de juros elevados que dificultaram o crescimento da riqueza e sua distribuição.

Atualmente, segundo o relatório mais recente da Oxfam Brasil (País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras), a partir de 2017 o país parou de reduzir as desigualdades, que vinha caindo desde a promulgação da constituição de 1988, que tinha como um dos objetivos promover a diminuição entre o topo e a

base da pirâmide social, melhorando assim as condições de vida da população mais pobre. De fato, a partir dos anos 2000, houve uma considerável melhora na distribuição de renda brasileira, haja vista diversos fatores como: estabilização da moeda, universalização dos serviços públicos e da previdência, expansão de gastos do governo e programas sociais, valorização do salário mínimo e ciclo econômico favorável. Porém, essa melhoria foi interrompida a partir de 2015, quando o Brasil começou a sofrer com os resultados da recessão econômica e foram adotadas medidas contorcionistas de cortes de gastos

Com isso, segundo os dados do relatório da Oxfam de 2018 observou-se também o aumento da pobreza que vem crescendo desde 2015 chegando a atingir cerca de 15 milhões, 7,2% da população em 2017, um aumento de 11% se compararmos com 2016, ano em que havia 13,3 milhões de pobres. Isso com base nos critérios do Banco Mundial que considera uma pessoa pobre aquela que vive com até US\$ 1,90 por dia.

Assim, podemos observar uma desigualdade entre os rendimentos dos brasileiros mais ricos e mais pobres, haja vista que cerca de 80% dos brasileiros vivem com uma renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais enquanto os 10% mais ricos possuem uma renda domiciliar per capita de em média R\$ 4.510 reais (OXFAM, 2018). Além disso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) Contínua 2017, houve também uma diminuição da renda média mensal per capita dos brasileiros que passou de R\$ 1.303,12 em 2016 para R\$ 1.268,00 em 2017, uma queda de 2,7%. A metade mais pobre da população teve uma retração de 3,5% de seus rendimentos do trabalho no ano de 2017, e sua renda média foi de R\$ 787,69, valor inferior ao salário mínimo. Enquanto os 10% da população mais rica com alguma renda observaram um crescimento de quase 6% dos rendimentos dos seus trabalhos, e sua renda média total foi de R\$ 9.519,10 (sendo de R\$ 9.324,57 em 2016), o que corresponde a 10 salários mínimos por mês. Contudo, a distribuição de renda também se mostra desigual entre o grupo dos 10% mais ricos do Brasil, haja vista que cerca de 75% das pessoas que compõem essa classe ganham até 20 salários mínimos tributáveis, enquanto 1,2 milhões de pessoas quem compõem os 1% mais rico tem rendimentos médios superiores a R\$ 55.000,0 salários mínimos por mês (OXFAM, 2018).

Ademais, ainda são grandes as disparidades de renda entre sexo e raça no Brasil. Em 2015, considerando todas as rendas, os brancos ganhavam em média

o dobro do que os negros, R\$ 1.589,00 em comparação com R\$ 898,00 por mês (uma razão de rendimentos de 57%). Já em 2017, a diferença aumentou, haja visto que o rendimento médio dos negros passou a ser R\$ 1.545,30 enquanto o dos brancos alcançaram R\$ 2.924,31, diminuindo a razão de rendimento para 53%. Quanto a questão de sexo, segundo os dados da PNAD continua, as mulheres, em 2017, ganhavam cerca 70% do que os homens, o que caracteriza o primeiro recuo na equiparação de renda entre os sexos em 23 anos. O que se observa partir da diferença entre os rendimentos médios. Em 2017, a renda média das mulheres era de R\$ 1.798,72, enquanto a de homens era de R\$ 2.578,15 (OXFAM, 2018).

Além disso, são grandes as desigualdades de renda entre as regiões brasileiras. Segundo Lemos (2008) são quatro as causas principais para a divergência entre a renda entre as regiões: 1) diferença na qualidade da força de trabalho, 2) diferença na dotação de recursos naturais, 3) diferença na infraestrutura produtiva e 4) diferença na dotação de capital e tecnologia. Dessa forma, haja visto os quatro fatores expostos acima, os maiores rendimentos estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul do país, enquanto o Norte e Nordeste abrigam a maior parte da população pobre brasileira. Segundo o relatório da Oxfam (2017), uma pessoa residente no Maranhão, ganhava em 2010, cerca de 40% do que ganhava uma pessoa residente de São Paulo e apenas 27% se comparado a uma pessoa residente no distrito federal.

Dessa forma, haja vista as informações apresentadas sobre as desigualdades no Brasil, o país, num contexto internacional, se encontra como um dos países mais desiguais do mundo. Segundo os dados recentes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2018, o país saltou da décima para a nona posição entre os países com maior desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini numa relação de 188 países. Ademais, segundo os dados mais recentes da *Wealth and Income Database* (WID), o Brasil é o segundo país onde há a maior concentração de renda (28% de concentração), ficando atrás apenas do Qatar (29% de concentração).

Com isso, o Brasil, segundo os dados da PNUD mais recente, ocupa a 79ª posição no ranking de desenvolvimento humano, medido pelo IDH, que em 2017 foi de 0,734. Segundo Lemos (2008), o índice de desenvolvimento humano IDH que leva em consideração a esperança de vida ao nascer, o estoque de educação e a renda per capita, e que quanto mais próximo de 1 melhor, serve como um termômetro que objetiva auferir níveis de bem-estar social e econômico de um país. Assim, observa-

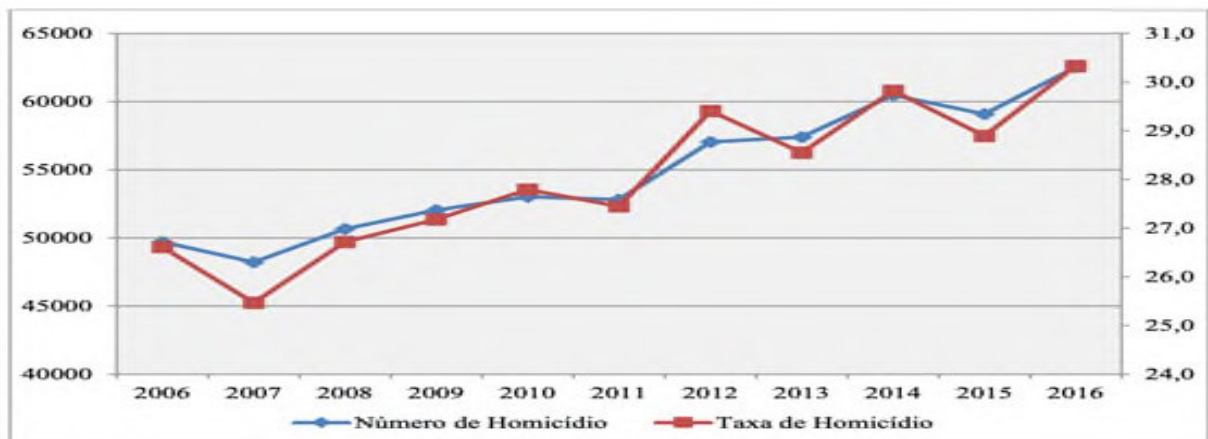
se que o Brasil possui um elevado nível de desigualdade o que acaba comprometendo negativamente no bem-estar social e econômico da sua população

3.3.4 Violência

Atualmente, a sensação de insegurança se tornou assunto presente no cotidiano na maioria dos brasileiros e a violência constitui um dos maiores problemas do Brasil, haja vista que o país vem passando por um processo de aumento desse fenômeno, o qual registrou 996.684 homicídios em 20 anos (1996-2015), segundo os dados do Datasus.

Dessa forma, em 2016, o Brasil registrou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações Ministério da Saúde (MS). Em termos relativos, isso equivale a aproximadamente uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, como podemos observar no gráfico 6:

Gráfico 6 - Número e taxas de homicídio no Brasil (2006-2016)

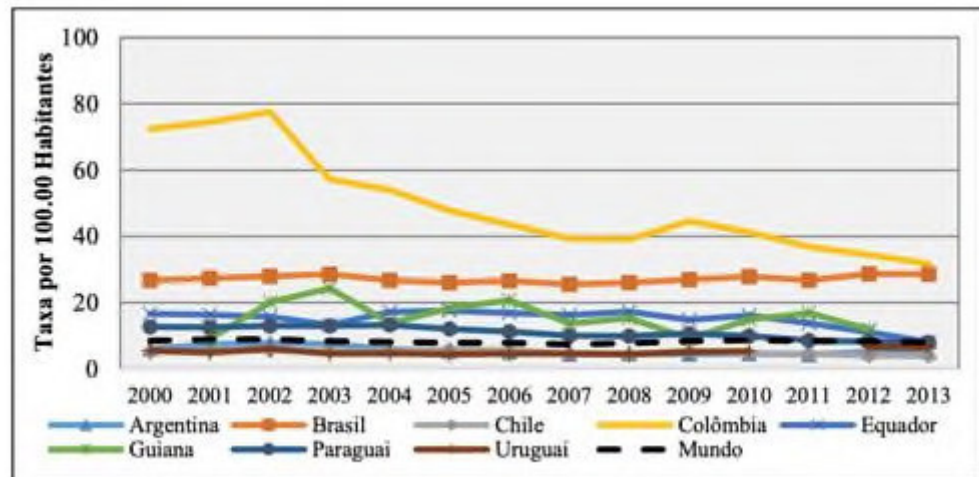


Fonte: IBGE/MS. Elaboração: IPEA/FBSP 2018

Com isso, o Brasil, pela primeira vez na história superou o patamar de trinta mortes por habitantes, o que segundo o Atlas da Violência 2018, produzido pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revela a naturalização do fenômeno e da urgência de ações efetivas por parte das três autoridades nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal com o intuito de erradicar esse problema.

Em termos comparativos, observa-se que o Brasil, figura como um dos países mais violentos da América do Sul. O que podemos observar no gráfico 7 em que apresenta a evolução das taxas de homicídios mundial e de países sul americanos calculadas entre 2000 e 2013, segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de alta qualidade que considera apenas países que possuem estatísticas confiáveis sobre homicídios. Observa-se que, desde 2000 até 2013, apresenta a segunda maior taxa de homicídios da América Latina, ficando atrás apenas da Colômbia.

Gráfico 7 - Evolução das taxas de homicídios mundial e da América do Sul por 100 mil habitantes (2000-2013)



Fonte: FMI/ONU/OMS. Elaboração: IPEA/FBSP (2018)

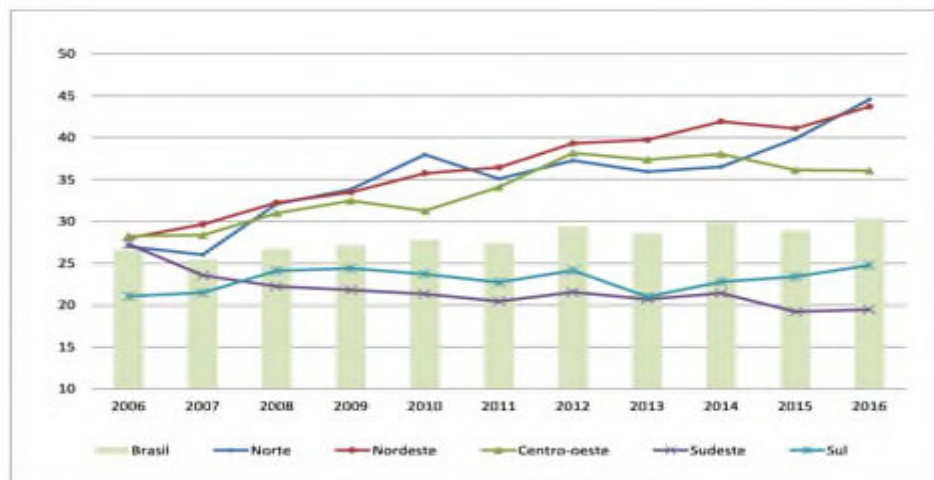
Ademais, observa-se que durante todos esses anos o Brasil apresentou uma taxa de homicídio maior do que a taxa mundial, sendo em 2016 (30,3) o correspondente a 30 vezes a taxa da Europa, o que coloca o país numa posição de um dos países mais violentos do planeta, em que 553 mil pessoas foram assassinadas nos últimos 11 anos, número maior que o de mortos na guerra da Síria (500 mil mortos) que dura já 7 anos, segundo dados da ONU.

Porém, no Brasil, a violência atinge de forma desigual a sociedade, o que é observado a partir das diferenças dos indicadores entre os grupos raciais e os estados brasileiros. Em relação a questão racial, observa-se uma concentração dos homicídios na população de negros (pretos e pardos). Segundo o Atlas da Violência 2018, em 2016, a taxa de homicídio da população negra foi duas vezes e meia maior

que a da população não negra (brancos, amarelos e indígenas), uma taxa de 16% contra 40,2%. Ademais, a taxa de homicídio da população negra vem crescendo enquanto a dos não negros vem caindo. Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídio de negros cresceu 23,1% enquanto a de não negros diminuiu 6,8%. Dessa forma, se observarmos a violência letal, é como se negros e não negros estivessem vivendo em países completamente diferentes, o que demonstra uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil.

Já a respeito das desigualdades regionais, observa-se também aspectos desiguais na incidência da violência, haja vista que os estados que apresentaram maior aumento da taxa de homicídios foram os pertencentes a região Norte e Nordeste, as regiões mais pobres do país. O Rio Grande do Norte, por exemplo, aumentou sua taxa de homicídio em 256,9%, no período de 2006 e 2016, enquanto São Paulo, estado mais rico do país, apresentou uma diminuição de - 46,7% do indicador no mesmo período.

Gráfico 8 -Taxa de homicídios no Brasil e regiões (2006-2016)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/FBSP (2018)

Além disso, outro fator marcante sobre a violência no Brasil é a violência contra a mulher, sendo uma das maiores do mundo. Segundo os dados do atlas da violência de 2018, 90% das vítimas de homicídios são homens e mais de 50% estão na faixa etária de 15 a 19 anos, e a maior parte ocorre em hospitais e vias públicas. Enquanto no caso, das mulheres, a maior parte dos homicídios ocorrem nos domicílios, cerca de 28%, o que indica que uma grande parte da violência contra a

mulher ocorre no lar e vem de pessoas próximas, como parceiros amorosos ou familiares. Assim, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, representando uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras.

Também podemos pontuar como característica da violência brasileira as mortes decorrentes da intervenção policial. Segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, 453 policiais civis ou militares foram mortos enquanto 4.222 pessoas foram mortas por policias dentro ou fora do serviço. Além disso, dados da Secretaria de Segurança de São Paulo, mostram que 2017 teve o menor número de policiais paulistas mortos (3,2 mil), porém foi o ano em que a polícia matou em nível recorde, foram 939 pessoas mortas pela polícia. E frequentemente, as ações policiais são justificadas como legítima defesa. Porém, ao analisar os dados observamos que é bem maior o número de pessoas mortas pela polícia do que de policias mortos, o que indica que a maior parte dos homicídios feito por policiais não ocorre em situação de confronto equivalente entre os dois lados. Dessa forma, Silva afirma que essa situação ocorre devido a sensação de impunidade presente no Brasil: “Existe uma baixa taxa de elucidação de crimes, uma sensação de impunidade, e muitas vezes um ethos guerreiro do policial, que não acredita na eficiência das instituições do sistema de Justiça Criminal.” (SILVA, 2018).

Por fim, vale ressaltar o impacto das armas de fogo na violência do Brasil, segundo dados do Atlas de violência 2018, entre 1980 e 2016, 910 mil pessoas foram mortas com o uso de armas de fogo, que representa a maior parcela de todos homicídios cometidos. Ademais, ainda segundo o atlas, o número de homicídios causados por armas de fogo vem aumentando, entre 2006 e 2016, esse número cresceu 15,4%.

Logo, ao observar o panorama da violência brasileira, conclui-se que além de trazer diversas outras consequências, esse problema traz grandes implicações na dinâmica demográfica, na saúde, e consequentemente no processo de desenvolvimento econômico e social do país.

3.3.5 Corrupção

A corrupção tornou-se um tema amplamente reconhecido pela a opinião pública brasileira e se constitui como um dos grandes problemas para gestão pública e democrática do país, se mostrando como um fator negativo ao desenvolvimento,

haja vista os malefícios econômicos e sociais que ela proporciona (AVRTIERZ; FILGUERIAS, 2011). Neste sentido, grande parte da população considera a corrupção como o grande problema enfrentado pelo Brasil. Em 2015, por exemplo, segundo uma pesquisa realizada pelo Datafolha, a maior parte dos entrevistados (34%) responderam corrupção como o principal problema do Brasil, ficando na frente de temas que sempre se mantiveram no topo como saúde (16%) e educação (8%).

Segundo Ribeiro (2010), os principais motivos para a corrupção estão relacionados a elevada burocracia, sistema judiciário lento e pouco eficiente, os baixos salários no setor público e elevado poder discricionário na formulação de implementações políticas. No caso do Brasil, acredita-se que a corrupção está diretamente ligada a origens históricas e ao conceito de patrimonialismo, que estão de certa forma interligados. Assim, as raízes das práticas de corrupção estão relacionadas ao processo de colonização portuguesa, em que as remunerações dos funcionários do governo eram baixas, sendo mais vantajosas a partir das relações de interesses privados. Ademais, essas práticas foram sendo transferidas para vários setores da sociedade, em que a hierarquia e autoridade da formação da família patriarcal foi transferida para a vida pública, o que resultou em práticas patrimonialistas de dominação política. Assim, atualmente, a corrupção é inerente ao poder do Estado em que políticos, a partir de práticas patrimonialistas, buscam obter benefícios pessoais em detrimento dos interesses públicos.

Dessa forma, o problema sistemático da corrupção impacta diretamente no orçamento público, vindo a causar impactos no crescimento e desenvolvimento econômico do país. Além de, interferir na confiança em que as pessoas tem nas instituições democráticas (RIBEIRO, 2010). A respeito do orçamento público, segundo estimativas do Tribunal de Contas da União (TCU) o montante de R\$ 100 bilhões a R\$ 300 desviados de obras publicas desde 1979.

Sobre a relação entre corrupção e crescimento econômico, Mauro (1997), destaca que a corrupção reduz o incentivo aos investimentos, haja vista que o empreendedor tem ciência de que parte dos lucros gerados pelos seus investimentos futuros possa ser reivindicada por funcionários públicos corruptos. Além disso, o autor afirma que a corrupção também gera perda de arrecadações tributárias e má alocação de recursos em contratos de licitação. Corroborando com a ideia de que a corrupção é prejudicial ao crescimento econômico, Silva et al. (2001) afirmam que a corrupção

reduz a produtividade do capital, o que reduz o produto por trabalhador na economia e gera impacto negativo direto na taxa de juros de longo prazo.

Ademais, sobre os impactos no desenvolvimento econômico do país, Akçay apud Ribeiro (2010) conclui a partir de seus estudos referente ao IDH de 63 países, que existe uma relação estatística negativa e significativa entre a corrupção e o desenvolvimento humano de um país. Assim, a evidência empírica sugeriu que os países mais corruptos tendem a ter níveis mais baixos de desenvolvimento humano.

Dessa forma, em 2018 o Brasil ficou em 105º lugar de 180 países num ranking de percepções sobre corrupção da Transparência Internacional, que é construído a partir indicador de Controle da Corrupção e o Índice de Percepções da Corrupção (IPC). Ademais, o IPC se baseia numa escala a qual quanto mais próximo de mais próximo de 100 menor a percepção de corrupção no Brasil. Assim, observa-se que houve um aumento da percepção de corrupção brasileira haja vista que a nota de 2018 foi de 35 pontos contra 27 pontos de 2017. Em termos comparativos, observamos que o Brasil se mostra um país em que a corrupção é um grande problema, haja vista que o Chile, país pertencentes do Mercosul se encontra 27 posição no ranking. Se compararmos com o Canadá, a situação ainda piora haja vista que esse se encontra entre os 10 países menos corruptos do mundo figurando na posição 9.

4 FATORES DE ATRAÇÃO E REPULSÃO NO LOCAL DE DESTINO: CANADÁ

4.1 A imigração no Canadá

A imigração é parte central da história canadense, haja vista não se tratar apenas de um crescimento natural da população; pelo contrário a imigração foi e continua a ser um catalisador para o desenvolvimento econômico do Canadá, além de um espelho das atitudes e dos valores da sociedade canadense (TROPER, 2013).

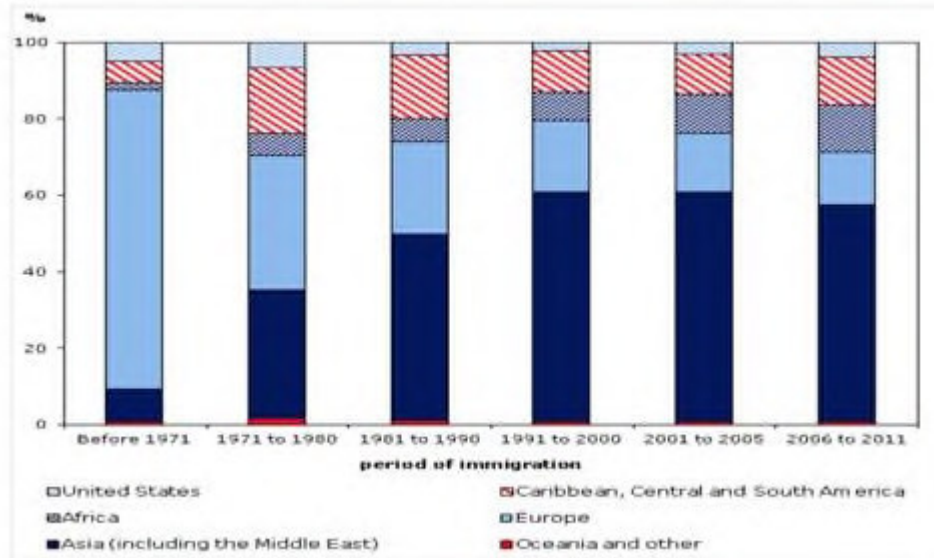
Segundo Troper (2013), antigamente, os imigrantes ideais para o governo canadense eram britânicos ou norte-americanos que pudessem se estabelecer na região oeste do país e trabalhar na agricultura. Assim, o primeiro fluxo migratório para o Canadá se deu a partir do século 18 com a lenta e gradual ocupação das províncias de Quebec e Acadia por parte da França, culminando posteriormente na entrada de cerca de 46.000 a 50.000 britânicos fugitivos da Revolução Americana. Uma segunda onda de imigração ocorreu entre o final do século 1780 e 1812, com a vinda de cerca de 30.000 norte-americanos com a promessa de arrendamento de terras. Porém, o primeiro grande fluxo de imigração ocorreu a partir de 1846, com a vinda de milhares de irlandeses fugidos da Grande Fome que assolava o país na época. Além disso, outra onda de imigração foi observada com a vinda de pessoas, principalmente da Europa Continental, no período antecessor da Primeira Guerra, o que levou o governo canadense criar a Cidadania Canadense sob a lei do Ato de Imigração de 1910 com intuito de denominar os imigrantes britânicos que haviam se estabelecidos na Canadá.

Por outro lado, a partir da 1930, período de recessão da Grande Depressão, o Canadá apresentou um declínio no fluxo migratório. Neste período, as autoridades migratórias atuaram no intuito de impedir as imigrações, preocupadas com o colapso da economia. Além disso, neste momento, a política migratória adquire um caráter racista à medida que proíbe a entrada de chineses, em resposta as grandes ondas de imigração já existentes (TROPER, 2013).

Assim, apenas em 1950 a imigração canadense assume um caráter multiétnico, com a vinda de um número significativo de residentes falantes de outras línguas diferentes do inglês e francês já propagados. Dessa forma, segundo a agência Immigration and Citizenship a partir de 1970 a imigração canadense passou a ser permeada por minorias visíveis de países em desenvolvimento, como podemos

observar no gráfico, em que a população asiática cresceu consideravelmente e se tornou maioria entre os imigrantes:

Gráfico 9 - Região da origem dos imigrantes por período



Fonte: Immigration and Citizenship.

Isso se deu, principalmente, pela Lei de Imigração que foi revista em 1967 e introduziu o Sistema de Pontos (*the point system*) a fim de selecionar trabalhadores e empreendedores altamente qualificados, o que ainda vigora como política oficial do governo.

Por fim, se observou uma outra significativa onda migratória a partir do Ato de Imigração de 1976, que se manteve vigente até 2002 quando foi aprovada o o *Immigration and Refugee Protection Act* (IRPA) o qual tem como objetivos reunir famílias, cooperar para o desenvolvimento econômico do país e fomentar a proteção aos refugiados.

Dessa forma, atualmente, segundo o censo canadense de 2016, cerca de 7,5 milhões de pessoas nascidas no exterior relataram a vinda ao Canadá através do processo de imigração, uma proporção de mais de 1 em cada 5 pessoas. Ademais, o censo constatou que entre 2011 e 2016, houve a chegada de aproximadamente 1,2 milhões de recentes imigrantes, o que representa 16, 1% de toda a população canadense. Além disso, a maioria dos imigrantes vem da Ásia do Sul e da China, sendo os três maiores fluxos de pessoas: Filipinas (188,805 mil), Índia (147,190 mil) e China (129,020).

Logo, podemos observar que o Canadá tem uma forte ligação com as imigrações haja vista que estas foram e são essenciais para a formação do país, tanto num caráter econômico como cultural. Ademais, a política migratória canadense, que antes era voltada em atrair a população de países tradicionais europeus com aspectos parecidos ao Canadá, passou a ter um caráter multiétnico com incentivo a imigração de capital humano qualificado:

O Canadá moderno foi construído sobre o influxo e as contribuições de todos esses imigrantes, começando com os primeiros colonos franceses, através de recém-chegados do Reino Unido, Europa Central, o Caribe e a África, até imigrantes da Ásia. Os desafios colocados pelo racismo contra certos grupos e a admissão e integração de recém-chegados, não influenciou para que a sociedade canadense tenha sido geralmente aberta à imigração. Além disso, enquanto os termos e condições da imigração estão sendo regularmente reavaliados à luz das exigências da força de trabalho do condado e do contexto internacional, a contribuição dos imigrantes para a sociedade canadense, sua capacidade de adaptação e seu desejo de ajudar a construir uma sociedade melhor em solo canadense estão além da disputa (TROPER, 2013, tradução nossa).

Portanto, na qualidade de um país economicamente desenvolvido o Canadá faz o uso de seus fatores atrativos a fim de recrutar imigrantes de outras nações a fim de fomentar seu crescimento econômico, além de ajudar a resolver problemas ocasionados pelo envelhecimento da população. Assim, faz-se necessário a investigação dos fatores e positivos e negativos que estão relacionados ao processo de decisão dos imigrantes. Vale ressaltar que, os fatores positivos atuam no sentido de manter as pessoas no Brasil e os fatores negativos atuam no sentido de repelir as pessoas dos países.

4.2 Fatores positivos

4.2.1 País aberto a imigração

O Canadá é reconhecido como um dos países mais abertos a imigração do mundo, apresentando o índice de entrada de imigrantes anualmente de 0,7% em relação a sua população total, segundo dados da OCDE. Assim, o Canadá se categoriza como o país com o maior fluxo de imigrantes em situação permanente (legal) dentre os países mais desenvolvidos na América do Norte e Europa. Em média, o país tem 257 mil imigrantes permanentes por ano, e em 2017 esse número chegou

a 271,847 mil, apresentando um acréscimo em relação ao ano anterior (STATISTICS CANADA, 2019).

Acredita-se que que essa abertura a imigração se deve muito a opinião pública dos canadenses, os quais vem apoiando a imigração por um longo tempo. E isso se dá num sentido contrário a muitos países transatlânticos em que os sentimentos anti-migratórios são propagados pela população indo de desencanto a políticas multiculturais direcionadas a estrangeiros e grupos minoritários. Assim, em um estudo comparativo realizado em 2010, pela *German Marshall Fund of the United States*, apenas 27% dos canadenses entrevistados responderam que a imigração representava mais um problema do que uma oportunidade. Enquanto isso, o local que mais chegou perto da resposta canadense, a França, respondeu que 42%, resposta significativamente mais elevada. Já o Reino Unido foi o país em que as objeções a imigração foram mais difundidas, haja vista que 62% da população entrevistada sugeriu que imigração constituía mais um problema do que uma oportunidade. Assim, em comparação com países desenvolvidos receptores de imigrantes os canadenses apresentam-se como um ponto fora da curva, haja vista serem de longe os mais abertos e otimistas quanto a imigração. Dessa, forma o país atrai milhares de imigrantes de quase 200 nacionalidades ao redor do mundo (BLOEMRAAD, 2012).

Assim, Bloemraad (2012) cita duas principais razões para a excepcionalidade da imigração no Canadá. A primeira é referente a sua posição geográfica e a segunda a sua política migratória baseada nos sistemas de pontos.

Sobre a posição geográfica, o Canadá por um lado não possui fronteira com nenhum país subdesenvolvido e por outro é banhado por oceanos, o que dificulta a entrada de imigrantes ilegais. Assim, a imigração ilegal acaba não sendo uma questão pública ou política importante no país, diferente do que se observa em países europeus e os Estados Unidos, em que a imigração ilegal é vista pela maioria da população como um fator negativo para o bem-estar dos nativos (BLOEMRAAD, 2012).

O segundo fator citado, a política migratória canadense, merece uma análise mais detalhada, por ser considerado como o principal fator ao excepcionalismo canadense.

4.2.1.1 Política imigratória

Como dito anteriormente, a política migratória canadense, a partir dos anos 60, começou a admitir imigrantes a partir das suas características individuais e não a partir de seus países de origens “tradicionais” como antigamente. Isso se deu, mais precisamente, a partir de 1967, quando se instalou o sistema de pontos formal que vigora até hoje com a *Immigration and Refugee Protection Act* (Lei de Imigração e Proteção de Refugiados). Assim, a política migratória bem como o sistema de pontos passou a ter um embasamento no modelo neoclássico do uso do imigrante como capital humano dando ênfase no recrutamento de mão de obra com habilidades adequadas como: educação, proficiência de idiomas (inglês e francês) e experiência profissional, a fim de fomentar o mercado de trabalho e a economia canadense (FERRER; PICOT; RIDDELL, 2012).

Dessa forma, segundo o Statistics Canada (2019), os imigrantes estariam aptos a migrar e se tornar residentes permanentes, e posteriormente, cidadãos canadenses, através de três principais categorias: *family reunification* (reunificação familiar), *humanitarian considerations* (considerações humanitárias) e *economic immigration* (imigração econômica). A classe da reunificação familiar é composta por conjugues e parceiros, filhos dependentes (inclusive os adotados no exterior), pais ou avôs, irmãos ou sobrinhos, de um patrocinador canadense maior de 18 anos, sendo este já residente do Canadá. Ademais, a classe humanitária, é composta pelos refugiados do exterior assistidos pelo governo, assistidos pelo patrocínio privado, autorizados a desembarcar no Canadá e dependentes de refugiados que antes viviam no exterior.

Além disso, a classe econômica, admite pessoas selecionadas por suas habilidades e capacidades de contribuir para a economia do país através de programas federais e provinciais: *Federal Skilled Worker Program - Express Entry* (programa federal de trabalhadores qualificados - entrada expressa), *Provincial Nominee Program* (programas provinciais nomeados), *Quebec-Selected Skilled Workers* (trabalhadores qualificados selecionados pelo Quebec), *Temporary Foreign Worker Program* (programa de trabalhadores estrangeiros temporários), *International Mobility Program* (programa internacional de mobilidade) e *International Experience Canada* (experiência internacional no Canadá).

Assim, a maior parte dos imigrantes canadenses adentram ao país a partir da categoria econômica. Segundo dados do censo de 2016, a imigração econômica representou 62,7% de todas as categorias, seguindo da classe familiar com 24,1%,

refugiados com 11,8 % e outras formas de imigração com 1,4%. Ademais, a maioria dos imigrantes econômicos entram no país a partir do Express Entry, o qual relaciona um sistema federal de seleção de imigrantes com a participação dos empregadores de acordo com as suas necessidades profissionais, constituindo assim um sistema híbrido de seleção. O programa é baseado no sistema de pontos que selecionam o imigrante a partir de 6 fatores: (1) proficiência no idioma: inglês e/ou francês; (2) nível educacional; (3) experiência profissional; (4) idade; (5) proposta prévia de emprego no Canadá e (6) adaptabilidade; como observamos na tabela abaixo:

Tabela 4 - Sistema de pontos e fatores de seleção

Fator de Seleção	Pontos Máximos
Proficiência no idioma	28
Nível educacional	25
Experiência profissional	15
Idade	12
Proposta prévia de emprego	10
Adaptabilidade	10
Total	100
Pontuação mínima: 67	

Fonte: Immigration and Citizenship (2019)

Assim, o candidato torna-se apto a se candidatar no programa ao atingir 67 pontos ou mais (100 pontos no total) e se essa pontuação não for alcançada o governo canadense aconselha o candidato a tomar medidas como melhorar sua proficiência no idioma, aumentar sua escolaridade, e só então se candidatar.

Portando, segundo Bloemraad (2012) o êxito das imigrações no Canadá se deve, além da questão geográfica, ao sistema migratório que admite o imigrante com base em seu potencial para se juntar a força de trabalho e contribuir para economia do país. Assim, a atual política migratória canadense é bem definida e construída a partir das necessidades que o país possui, sendo citada como um “modelo canadiano” de imigração haja vista seu êxito.

Neste âmbito, o governo canadense estabelece metas fixas anuais de imigração. Em 2019, segundos estudos divulgados pelo Immigration, Refugees and Citizenship Canada (IRCC), o Canadá pretende receber cerca de 330,800 mil imigrantes ao todo. Ademais, a expectativa é que o número de imigrantes cresça no país visto que espera-se receber 341 mil novos imigrantes em 2020 e 350,00 mil em 2021. De modo que as categorias de migrações econômicas são as que mais irão

aceitar imigrantes haja vista as altas metas para esse tipo de imigração, sendo em 2019 de 191,6 mil novos imigrantes, seguindo de 195,800 mil para 2020 e 202,300 mil para 2021.

Dessa forma, por o Canadá possuir diversas formas de entrada legal e ser aberto a imigração, muitos brasileiros estão preferindo migrar para o país, em relação aos Estados Unidos, tradicional fluxo imigratório brasileiro (BARBOSA, 2012). O fato é que, os Estados Unidos mesmo também sendo uma nação formada tradicionalmente pela imigração difere do Canadá em aspectos como: o tamanho e composição dos fluxos migratórios, a importância dada as imigrações para economia e as regulamentações formais e organização dos processos migratórios (BOYD, 1976), além da aceitação da opinião pública como abordado anteriormente no presente trabalho.

A maior parte das pessoas que migram para os EUA estão relacionados a laços familiares com nativos ou residentes permanentes que estejam no território estadunidense. Cerca de dois terços dos imigrantes são para reunificação família. Ademais, o fluxo migratório é formado, predominantemente, por pessoas de baixa qualidade e não autorizados, enquanto o número de imigrantes altamente qualificados são insuficientes. Logo, não há de fato um controle prévio sobre a inserção desses imigrantes no mercado de trabalho e nem de suas habilidades frente as possíveis demandas do país. Dessa forma, o governo estadunidense tem agido de maneira limitada no que se refere as políticas migratórias que comandam a migração legal, sem nenhuma grande modificação desde 1990. Em contrapartida, houve um aumento de deliberações restritivas com o intuito de bloquear a entrada de imigrantes ilegais (ORRENIUS; ZAVODNY, 2014).

Atualmente, o governo Donald Trump adotou uma política de “tolerância zero” a imigração ilegal a partir do discurso de que os imigrantes não documentados, principalmente mexicanos e muçulmanos, disputam postos de trabalhos com os estadunidenses além de apresentarem ameaça a segurança dos EUA. Assim, várias medidas de caráter xenofônico foram tomadas, como: a proibição da entrada de imigrantes de 8 países, a maioria de origem muçulmanas, o fim da designação de status de protegidos temporários para haitianos, nicaraguenses e nigerianos, e o decreto para a construção de um muro na fronteira com o México. Nesse sentido, a construção do muro na fronteira do México visa além de impedir a entrada ilegal de mexicanos, também visa impedir o contato físico dos imigrantes com os agentes de

imigração. Dessa forma, ao impedir o contato físico entre o imigrante e o agente de migração, o governo busca dificultar a solicitação de asilo, garantida em alguns casos pela constituição americana. Além disso, outra medida referente a política migratória foi a diminuição da admissão de refugiados, que recentemente chegou a o menor nível desde 1980, data da a criação do programa estadunidense de auxílio aos refugiados no país (PIERCE; SELEE, 2017).

Portanto, observa-se que diferente do Canadá, nos Estados Unidos não há um grande apoio da população em relação as imigrações, haja visto que as instituições e o governo não agem a fim de fomentar a importância desse fenômeno no âmbito da construção da identidade da nação (BLOEMRAAD, 2012). Ao invés de políticas governamentais de multiculturalismo, leis anti- discriminatórias e programas que visam promover a integração entre o povo nativo e os imigrantes, o governo estadunidense vem afirmando políticas migratórias de cunho xenofônicos e de exclusão dos imigrantes na sociedade.

4.2.2 Estabilidade Econômica

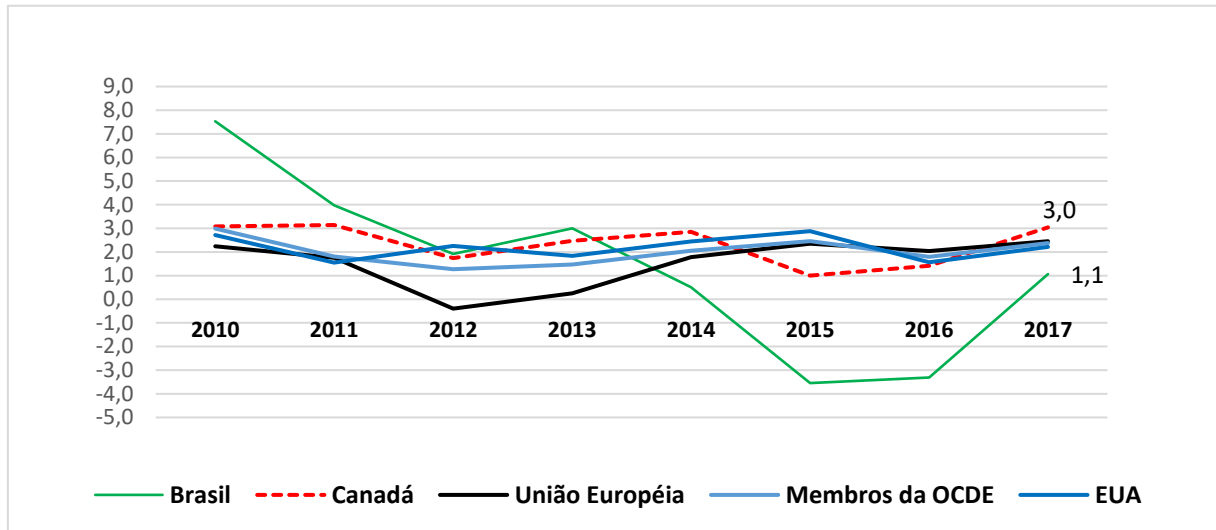
O Canadá, localizado na região norte do continente americano e formado por dez províncias, se estabeleceu como uma das maiores potencias mundiais. Seu sistema econômico voltado para o mercado se assemelha com os do EUA, haja vista seus altos padrões de produção e de vida. Ademais, o país faz parte do da OECD, como membro do *Group of seven (G7)* , figurando como uma das nações mais desenvolvidas do globo (CIA, 2019).

Ao longo da história, o Canadá tem sido uma nação comercial e de abundâncias de recursos naturais. A partir da segunda guerra mundial o país apresentou um importante crescimento dos setores de manufatura, mineração e serviços, passando de uma nação com economia predominante agrícola para industrial e urbana. Ademais, atualmente, o Canadá possui um grande setor de petróleo e gás, ocupando o terceiro lugar entre em reservas de petróleo, ficando atrás apenas da Venezuela e da Arábia Saudita, além de ser o sétimo maior produtor de petróleo do mundo (CIA, 2019).

Portanto, devido à abundância de recursos naturais, mão-de-obra altamente qualificada e estoque de capital moderno, o Canadá vem apresentando um

crescimento econômico sólido, e até maior que muitos países da OCDE, desde o período da recessão de 2008/2009, como observamos no gráfico 10:

Gráfico 10 - Crescimento econômico países selecionados (%)



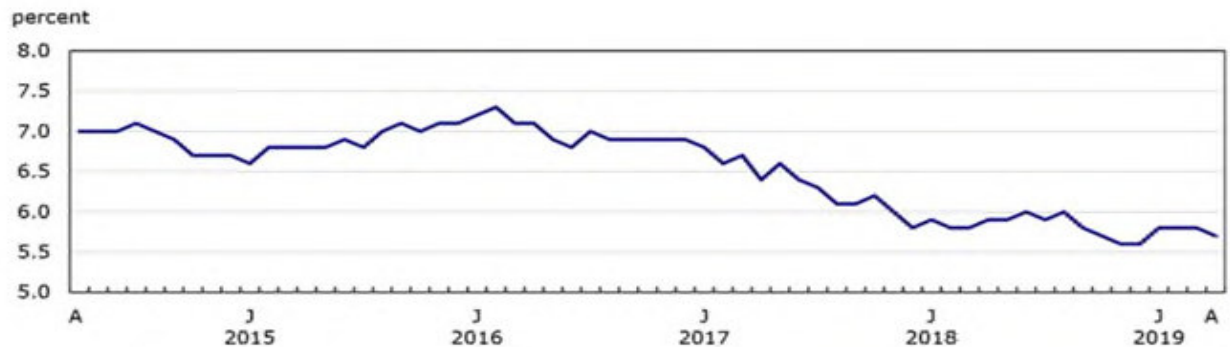
Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração própria.

Além disso, ao compararmos com o Brasil observamos que, atualmente o Canadá vem performando melhor com um crescimento de 3% do seu produto em 2017, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 1,1%. Vale ressaltar que o Brasil ainda vem tentando se recuperar de uma das suas piores crises econômicas sofridas desde 1930.

Assim, segundo dados do Banco Mundial (2019), o Canadá figura como um dos países com maior renda per capita, ficando acima da média da OCDE. Em 2018, o país apresentou renda per capita de 49,7 mil dólares americanos, terceira maior dentre os países do grupo G7 ficando atrás apenas dos EUA e da Alemanha. Se compararmos com o Brasil, em 2017, o Canadá apresentou uma renda per capita bem acima, foram 46,8 mil dólares contra 15,6 mil dólares no Brasil.

A respeito do mercado de trabalho, segundo dados do Statistics Canada (2019) esse vem apresentando uma diminuição da taxa de desempregados, chegando a 5,8% da população em janeiro de 2019, como observamos no gráfico 11:

Gráfico 11 - Taxa de desemprego no Canadá



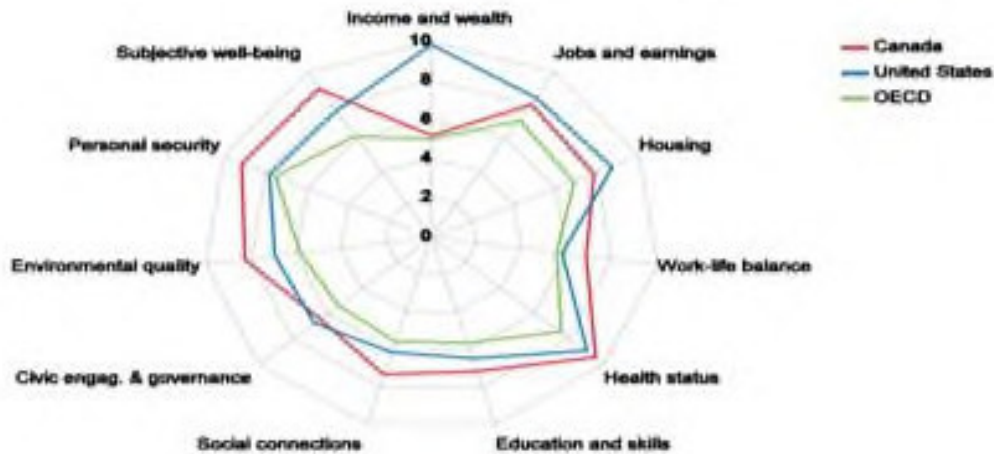
Fonte: Statistics Canada (2019)

Ademais, o número de pessoas empregadas vem aumentando desde 2015, chegando a marca de 19 milhões de pessoas em janeiro de 2019. Vale ressaltar que, segundo Bloemraad (2012), o governo canadense a partir de sua política migratória de sistemas de pontos, busca ao máximo aumentar a taxa de empregabilidade dos imigrantes, haja vista que esses são selecionados, primordialmente, a partir das necessidades econômicas do país. Por fim, a remuneração do trabalho por hora trabalhada segue em alta e tende a crescer devido ao aumento dos salários mínimos provinciais que ocorrerão nos próximos anos (OCDE, 2018).

4.2.3 Bem-estar e qualidade de vida

O Canadá figura como um dos países com a maior bem-estar do mundo, segundo Better Life Index (Índice de Vida Melhor) construído pela OCDE a partir de resultados do país para questões como estado de saúde, educação e habilidades, conexões sociais, ambiental qualidade, segurança pessoal e medidas autoavaliadas de bem-estar, como observamos na figura 1:

Figura 1 - Bem-estar no Canadá (Better Life Index)



Fonte: OCDE (2019)

Em 2017, os resultados do país ficaram bem acima da média dos países da OCDE. Dessa forma, o Canadá, atualmente se encontra como o 4º país de melhor medidas de bem-estar do mundo, ficando atrás apenas da Noruega, Austrália e Islândia.

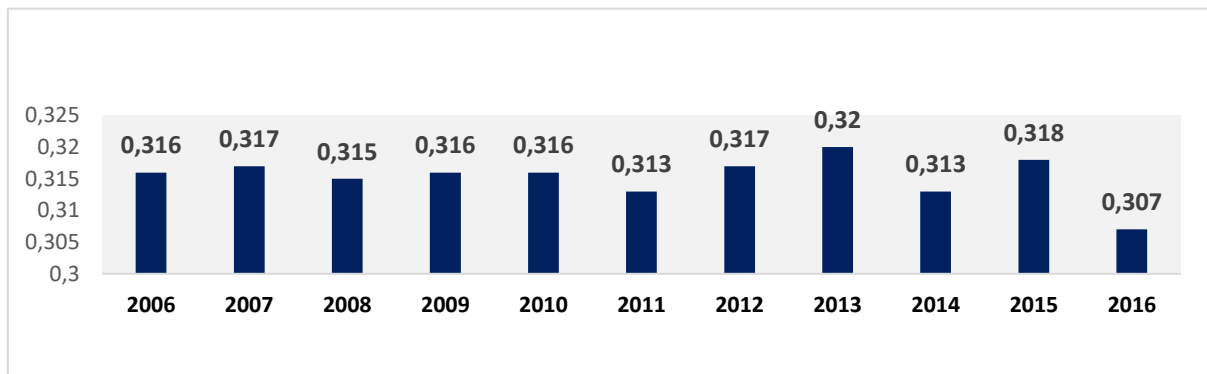
Ademais, em termos da qualidade de vida, o Canadá figura entre os melhores países para se viver, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador usado para medir qualidade de vida entre os países. Segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2017, o país ficou na 12ª posição de um ranking de 189 países, apresentando um IDH de 0,926. E, como o índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1 melhor, o Canadá se situa entre os países considerados de muito alto desenvolvimento humano. Em termos comparativos, o Brasil, em 2017, apresentou um IDH de 0,759, figurando na posição 79ª do ranking. Dessa forma, o resultado positivo do Canadá se dá haja visto a sua boa performance nos indicadores sociais como: expectativa de vida ao nascer, anos de escolaridade e distribuição de renda.

A respeito da expectativa de vida ao nascer, dados do relatório *Canada at a Glance 2018* (Canadá em um relance 2018) mostram que essa vem crescendo no país desde 1982. A expectativa de vida das mulheres passou de 79,6 anos ao nascer em 1982 para 83,9 anos em 2014. Quanto os homens, esses que viviam em torno de 72,7 anos em 1982 passaram a viver 79,7 anos em 2014. Atualmente, a expectativa de vida do canadense em geral é de 82 anos, 2 anos a mais que a média da OCDE de 80 anos. Ademais, se comparada ao Brasil a expectativa do canadense é ainda

maior haja vista que em média os brasileiros vivem 76 anos. Além disso, os anos de escolaridade no Canadá são bastante altos, próximos a média dos países da OCDE de 17,2 anos.

Quanto a distribuição de renda, o Canadá figura como um dos países menos desiguais do mundo, haja visto possuir ao longo da sua história baixos índices de Gini, indicador usual de distribuição de renda, que varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 0 melhor. Assim, ao verificarmos o gráfico observamos que o índice de Gini canadense em média fica em torno de 0,31, número bem inferior ao brasileiro que em média fica em torno de 0,5.

Gráfico 12 - Índice de Gini Canadá (2006-2016)



Fonte: OCDE (2019). Elaboração própria.

Além disso, outro fator que garante a posição favorável do Canadá em relação a qualidade de vida é a segurança que o país apresenta. Segundo dados da OCDE, a taxa de homicídios do Canadá é cerca de 1,3 a cada 100 mil habitantes por ano, número inferior a taxa de homicídios anual média de 3,7 dos países da OCDE. Dessa forma, o país foi considerado como 11º país mais seguro do mundo segundo a revista *Global Finance* que faz um ranking dos países mais seguros do mundo a partir de três fatores principais: guerra e paz, segurança pessoal e risco de desastre naturais.

4.3 Fatores negativos

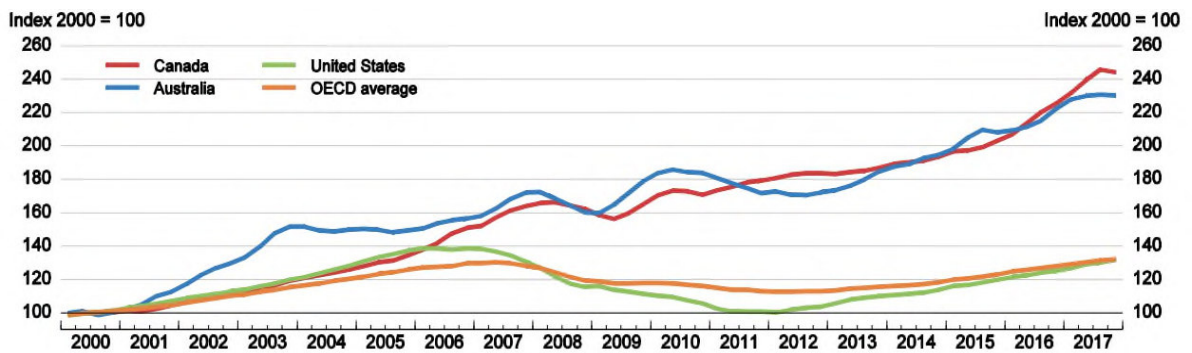
4.3.1 Alto custo de moradia

As famílias gastam em média no Canadá cerca de 22% da sua renda bruta com moradia, percentagem essa maior que a média dos países da OCDE que gastam

em torno de 20%. Ademais, observa-se ainda que o gasto é mais elevado que no Brasil, onde em média as famílias gastam 20,7% da sua renda bruta com moradia (OCDE, 2019).

Os gastos altos com moradia no Canadá estão relacionados ao boom que o setor de habitação vem sofrendo como mostra o relatório *Economic Surveys* da OCDE de 2018. Segundo o relatório, os preços das casas no Canadá mais que dobraram em termos reais desde os anos 2000, superando rendas e aluguéis como observa-se na gráfico 13:

Gráfico 13 - Evolução do preço real das casas



Fonte: OCDE (2018).

Assim, além de um alto crescimento, os preços das casas no Canadá encontram-se acima da média dos países da OCDE, superando em 2017 os números da Austrália, país que apresenta um dos preços mais altos dentre os pertencentes do G7. Segundo a Corporação Hipotecária e Habitacional do Canadá (CMHC), a alta no preço dos imóveis está relacionado diretamente com os mercados imobiliários de Toronto e Vancouver, que são sobrevalorizados e espalham essa pressão para mercados vizinhos como o de Vitória (Columbia Britânica) e os do Sul de Ontário. Ademais, o crescimento dos preços das casas nesses dois centros urbanos ocorreu devido desequilíbrio gerado entre a oferta e demanda no setor imobiliário.

Desse modo, o aumento da demanda se deu primordialmente por três fatores: baixa de taxa de juros, aumento de renda e crescimento populacional, este último devido à imigração. Assim, estima-se que entre 2010 e 2016, Vancouver apresentou um crescimento dos preços das casas de 75% seguido por um aumento de 40% em Toronto. Ademais, observou-se que a compra estrangeira também foi responsável pelo o aumento da demanda, haja vista que em 2017, 4,8% de não

residentes detinham imóveis não residências em Vancouver e 3,4% em Toronto. Em contrapartida, a oferta de habitação não vem acompanhada a demanda nesses centros urbanos, o que acaba contribuindo para as atividades especulativa, alimentando as expectativas de crescimento do preço no futuro (OCDE, 2018).

Com isso, os governos provinciais canadenses tomaram medidas como o aumento das taxas para casas compradas pelos estrangeiros e impostos para casas vazias, afim de solucionar o problema imobiliário. Tais medidas geraram uma diminuição no preço dos imóveis no mercado imobiliário dos grandes centros urbanos, porém acredita-se que essa diminuição seja temporária haja vista o aumento observado em Vancouver onde o crescimento médio do preço de habitação de 2017 até o final de maio de 2018 foi de 4,5% (OCDE, 2018).

Visto isso, o Canadá figura como um dos mercados imobiliários mais caros do mundo. O relatório *Global Living 2019* feito pelo grupo CBRE, empresa americana que realiza estudos imobiliários a respeito de 35 cidades globais, constatou que Vancouver, em 2018 era quarta cidade mais cara para se comprar imóveis. Assim, segundo estimativas da empresa o preço médio de uma casa em Vancouver era de 815.322 mil dólares e o preço médio do aluguel de 1.042 mil dólares mensais.

4.3.2 Clima extremamente frio em algumas regiões

O Canadá possui um dos invernos mais rigorosos do mundo em que, em algumas regiões as temperaturas mínimas chegam a - 25 °C. O clima extremo durante essa estação do ano é regra e não exceção. Fato esse que levou o Canadá, na cidade de Snag Yukon, registrar a temperatura mais baixa da história da América do Norte, quando se registrou -63°C no dia 3 de fevereiro de 1947. Ademais, na maior parte do país, o inverno é marcado por neve, gelo, nevasca, ventos e risco de ventos frio. Todavia, por possuir um extenso território, a duração do inverno no Canadá varia de acordo com a região e gravidade, diferente da maioria dos países do hemisfério norte em que o inverno compreende os meses de dezembro, janeiro e fevereiro (BONIKOWSKY, 2012).

Assim, nas principais cidades, como também principal destino dos imigrantes, as temperaturas negativas chegam a ocorrer por até 5 meses do ano, como observamos na tabela abaixo:

Tabela 5 - Média de temperatura em °C (Janeiro – Dezembro)

Cidade	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Vancouver	3.0	4.7	6.3	8.8	12.1	15.2	17.2	17.4	14.3	10.0	6.0	3.5
Calgary	-9.6	-6.3	-2.5	4.1	9.7	14.0	16.4	15.7	10.6	5.7	-3.0	-8.3
Edmonton	-14.2	-10.8	-5.4	3.7	10.3	14.2	16.0	15.0	9.9	4.6	-5.7	-12.2
Toronto	-4.5	-3.8	1.0	7.5	13.8	18.9	22.1	21.1	16.9	10.7	4.9	-1.5
Winnipeg	-18.3	-15.1	-7.0	3.8	11.6	16.9	19.8	18.3	12.4	5.7	-4.7	-14.6
Québec City	-12.4	-11.0	-4.6	3.3	10.8	16.3	19.1	17.6	12.5	6.5	-0.5	-9.1

Fonte: Air Canada (2019).

Neste sentido, segundo os dados do governo do Canadá de 2019, atualmente, o país possui uma das cidades mais frias do mundo que chega a ser quase tão fria quanto a Antártica. A cidade em questão se chama Grand Prairie localizada na província Alberta e suas temperaturas chegam a - 37 ° C, isso sem a presença de ventos. Essa temperatura é apenas 1 grau mais quente que as observadas no polo Sul que atualmente chegam a - 38 ° C, sem a presença de ventos. Quanto a sensação térmica, a cidade chega a - 42 ° C, um pouco menos frio do que a observada na Antártida de - 51 ° C.

Dessa forma, o governo canadense adverte constantemente a população sobre os riscos que o inverno pode trazer, haja vista que tempestades de inverno e frio excessivo geram a morte de mais de 100 vidas a cada ano no Canadá, sendo esse número maior do que o número combinado de mortes causadas por furacões, tornados, inundações, calor extremo e relâmpagos a cada ano. Além disso, o governo também alerta a população sobre os diversos riscos que o frio pode causar na saúde, como falta de ar, dor nos músculos e no peito.

5 METODOLOGIA

5.1 Tipo da pesquisa

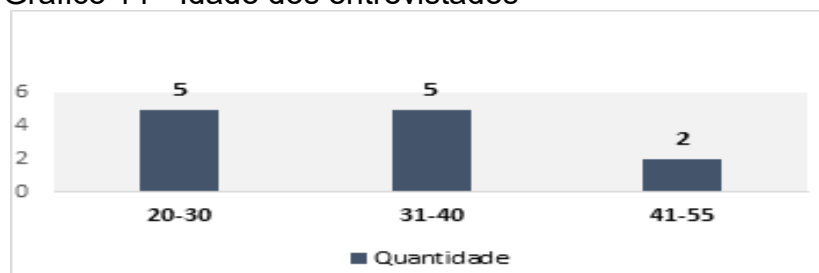
Segundo Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa qualitativa busca analisar aspectos da realidade que, geralmente, não podem ser quantificados, tendo como objetivo principal compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. Ademais, Lee (1966) conclui que as migrações são seletivas e, que devido a isso, os migrantes não são uma amostra aleatória da população de origem. Dessa forma, a fim de analisar as causas da migração brasileira para o Canadá o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores da área. Assim, o carácter descritivo da pesquisa se dá haja visto o objetivo desta de descrever os fatos e fenômenos (neste caso as migrações) de determinada realidade (neste caso a de brasileiros indo para o Canadá).

5.2 Sujeitos da pesquisa

Para Doxey e De Riz (2002-2003), diferente de trabalhos quantitativos, a pesquisa qualitativa não utiliza técnicas de amostragem que reduzem os números de sujeitos, e possibilita a generalização dos resultados para a população como um todo. Visto isso, não existem regras claras para definir quantos sujeitos ou unidades de observações são necessários. Assim, na pesquisa qualitativa o autor seleciona os sujeitos de acordo com o objetivo de pesquisa.

Sendo assim, os sujeitos dessa pesquisa são brasileiros que imigraram para o Canadá. No total, foram entrevistadas 12 pessoas, com uma faixa etária heterogênea como mostra o gráfico 14:

Gráfico 14 - Idade dos entrevistados



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Além disso, a maioria dos sujeitos possuem ensino superior completo, com exceção de uma que está cursando. Sobre as cidades de origem, os entrevistados partiram de quatro regiões brasileiras: Sudeste, Nordeste, Sul e Norte. Como observamos na tabela 6:

Tabela 6 – Informações dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Sexo	Formação	Origem	Destino	Tempo de imigração
1	36 anos	Feminino	Eng. Química	Belém	Vancouver	2 anos
2	29 anos	Masculino	Relações Internacionais	Rio de Janeiro	Toronto	1 ano e 6 meses
3	39 anos	Masculino	Eng. De Materiais	N. Sr.do Bonfim	New Westminster	4 anos
4	32 anos	Feminino	Fisioterapia	Recife	New Westminster	4 anos
5	22 anos	Feminino	Graduanda em enfermagem	Fortaleza	Toronto	1 ano
6	38 anos	Feminino	Administração	Curitiba	Lac-Brome	7 meses
7	32 anos	Feminino	Oficial da Marinha Mercante	João Pessoa	Vancouver	3 anos
8	26 anos	Masculino	Tecnoliga em processos químicos	Fortaleza	Winnipeg	4 anos
9	53 anos	Masculino	Ciências Biológicas	Credo	Windsor	25 anos
10	24 anos	Feminino	Eng. de Produção	Fortaleza	Toronto	3 meses
11	44 anos	Feminino	Geologia	Belo Horizonte	Squamish	9 anos
12	36 anos	Feminino	Pedagogia	Fortaleza	Victoria	10 anos

Fonte: Elaborado pelo o autor (2019).

5.3 Coleta de dados

Além do levantamento bibliográfico feito a respeito do tema de pesquisa, a principal fonte de coleta de dados para a análise desse estudo foram as entrevistas realizadas com os imigrantes brasileiros que vivem no Canadá. O método de coleta de dados por entrevista, segundo Segundo Gerhardt e Silveira (2009), constitui como uma técnica alternativa para a coleta de dados não documentados sobre determinado tema, além de ser uma forma de integração social, em que uma parte busca obter dados e outra apresenta-se como fonte de informação.

Ademais, com o objetivo de obter diferentes respostas para as mesmas perguntas, possibilitando a comparação, o tipo da entrevista aplicada foi a estruturada. Logo, as perguntas foram pré-determinadas e se seguiu um roteiro previamente estabelecido, questionado os entrevistados quanto aos fatores positivos e negativos nos locais de origem e destino da migração. Visto que os entrevistados se encontram no Canadá, as entrevistas foram feitas por chamadas de vídeo de WhatsApp, Instagram ou foram respondidas por email, mediante a disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas aconteceram em um período de 3 semanas, entre os meses de abril e maio de 2019. Além disso, as entrevistas que foram realizadas por vídeo tiveram a duração de 10 a 20 minutos e foram todas gravadas em áudio e, posteriormente transcritas integralmente. Vale ressaltar que todos integrantes

autorizaram a publicação de suas respostas.

Quanto ao roteiro de perguntas, esse foi constituído a partir das teorias expostas sobre as migrações internacionais, mais precisamente, a partir do modelo de teórico de atração e repulsão proposto por Lee (1966), a fim de possibilitar a percepção sobre as principais causas da imigração brasileira no Canadá. Assim, o roteiro foi constituído por duas partes: a primeira com 7 perguntas a fim de identificar os participantes e a segunda com 8 perguntas a respeito do tema propriamente dito.

Porém, Gerhardt e Silveira (2009) ressalta que todos os métodos de pesquisa possuem suas limitações, não existindo assim um método perfeito. Logo, é necessário balancear as vantagens e das desvantagens do método escolhido.

Quadro 2 - Vantagens e desvantagens do uso de entrevistas

VANTAGENS	DESvantagens
<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Não exige que o entrevistado saiba ler e escrever. ⇒ Apresenta muita flexibilidade, pois o entrevistador pode facilmente adaptar-se às características das pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista. ⇒ Possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade da voz e a ênfase nas respostas. ⇒ Possibilita ao respondente o esclarecimento das questões. ⇒ Permite a obtenção de dados com elevado nível de profundidade. ⇒ Oferece maior garantia de respostas do que o questionário. ⇒ Possibilita que os dados sejam analisados quantitativa e qualitativamente. 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Acarreta custos com o treinamento de pessoal e a aplicação das entrevistas. ⇒ Requer mais tempo. ⇒ Implica ausência de anonimato. ⇒ Propicia influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador. ⇒ Permite influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado. ⇒ Acarreta dificuldade na tabulação e na análise dos dados, no caso das entrevistas abertas.

Fonte: Gerhardt e Silveira (2009).

Assim, ao observarmos o quadro acima conclui-se que o método escolhido, mesmo possuindo desvantagens é o mais adequado para a pesquisa em questão.

5.4 Análise de dados

Visto que a pesquisa em questão é de caráter qualitativo faz-se necessária a verificação, a compreensão e a interpretação dos dados a partir de uma penetração nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade (GERHARDT; SILVEIRA; 2009). Dessa forma, a tratativa dos dados se deu de forma não estatística.

Assim, a análise das entrevistas foi feita a partir da análise de conteúdo, que segundo Bardin (1979, p. 42):

Representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam

a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Ademais as repostas das entrevistas foram analisadas a partir de uma comparação com a teoria proposta pelos autores expostos, verificando as semelhanças e diferenças, segundo duas subcategorias pré-definidas a partir das perguntas feitas aos entrevistados, como observamos no quadro 3:

Quadro 3 – Quadro de congruência

Pergunta	Objetivo Específico	Categorias de Análise	Autor
Quais fatores levaram você a sair do Brasil?	Verificar quais os principais fatores atrativos e repulsivos no Brasil na perspectiva dos emigrantes	Fatores associados ao local de origem: Brasil (fatores repulsivos)	Lee (1966) Ravenstein (1885/1889) IBGE (2018)
Quais fatores contribuíam para a sua permanência no Brasil?	Verificar quais os principais fatores atrativos e repulsivos no Brasil na perspectiva dos emigrantes	Fatores associados ao local de origem: Brasil (fatores atrativos)	Lee (1966) Ravenstein (1885/1889) Banco Mundial (2019) Statistics Canada (2019)
Qual o principal obstáculo na sua saída do Brasil?	Analisar o modelo de atração e repulsão proposto por Everett Lee verificando as possíveis aplicações ao caso da imigração brasileira para o Canadá	Obstáculos intervenientes	Lee (1966)
Quais fatores levaram você a escolher o Canadá?	Identificar quais os principais fatores atrativos e repulsivos no Canadá na perspectiva dos imigrantes	Fatores associados ao local de destino: Canadá (fatores atrativos)	Lee (1966) Ravenstein (1885/1889)
Você possuiu alguma rede de amigos ou familiares que lhe ajudou no processo de migração?	Identificar quais os principais fatores atrativos e repulsivos no Canadá na perspectiva dos imigrantes	Fatores pessoais	Lee (1966) Singer (1980)
O Canadá foi sua primeira escolha? Você preferia ter imigrado para outro país?	Caracterizar a política migratória canadense	Obstáculos intervenientes	Lee (1966) Barbosa (2012)

A política migratória canadense favorece o processo de migração?	Caracterizar a política migratória canadense	Fatores associados ao local de destino: Canadá (fatores atrativos)	Lee (1966) Ravenstein (1885/1889) Bloemraad (2012)
Quais fatores, relacionados ao Canadá levariam você a voltar ao Brasil?	Identificar quais os principais fatores atrativos e repulsivos no Canadá na perspectiva dos imigrantes	Fatores associados ao local de destino: Canadá (fatores repulsivos)	Lee (1966) Ravenstein(1885/1889)) Bloemraad (2012)

Fonte: Elaborado pelo o autor (2019).

Além disso, do ponto de vista operacional a análise ocorreu partir da análise temática, uma das modalidades da análise de conteúdo, que segundo Minayo (2007, p. 316) “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado” e subdividiu-se em três etapas:

- a) Pré-análise: foi feita uma organização e uma exploração das entrevistas colhidas e transcritas a partir de várias leituras;
- b) Exploração do Material: foi feita a codificação do material a partir de três etapas. A primeira referente a construção de um recorte do texto das entrevistas. A segunda relacionada a escolha das regras de contagem. E a terceira, momento relacionado a classificação e a organização dos dados em categorias empíricas e teóricas.
- c) Tratamento dos resultados: neste momento foi feita a análise, propriamente dita das entrevistas à da teoria de atração e repulsão.

Por fim, ressalta-se que os entrevistados serão identificados por entrevistado 1 até 12.

6 ANÁLISE DE RESULTADOS

6.1 Fatores associados ao Brasil

Nesta categoria, analisaremos tanto os resultados referente aos fatores repulsivos do Brasil, que agem num sentido de “expulsar” as pessoas, como aos fatores atrativos, que agem no sentido de, neste caso, manter as pessoas no país.

6.1.1 Fatores repulsivos

Ao serem inquiridos sobre quais fatores os levaram a saírem do Brasil, os entrevistados indicaram razões, sobretudo, negativas sobre o território de origem, indo de encontro com os pressupostos da teoria de atração e repulsão de Ravenstein (1889) e Lee (1966), haja vista que estes afirmam que o processo de migração se dá visto a fatores repulsivos (econômicos, sociais e laborais) no local de origem. Assim, as respostas indicaram razões sobre tudo no âmbito:

A) Econômico e laboral, ligada a falta de oportunidades de trabalho, desemprego e a crise econômica: “O fator que mais pesou para saída do Brasil foi o emprego, pelo menos quando eu saí de lá tava aquela crise né, que infelizmente ainda tá né” (**entrevistada 4**). Assim, completa o entrevistado 2:

A oportunidade de crescimento, o ambiente de negócio no Brasil não é muito convidativo. Por mais que a gente tenha dito alguns anos bons de crescimento, o país já estava dando sinais que teríamos uma retração econômica há um tempo (**entrevistado 2**).

Sendo esses fatores os que mais apareceram dentre as repostas, pois grande parte dos entrevistados citaram como uma das causas da sua saída fatores como “desemprego”, “falta de oportunidades de trabalho”, “dificuldade de arranjar emprego” e “demissão”. Isso corrobora com a base teórica do modelo neoclássico de imigração que defende as mobilidades populacionais a partir das diferenças entre os mercados de trabalhos e salários. Ademais, com as ideias de Ravenstein (1985) que afirma a questão econômica como a mais importante na decisão de migração. E com a teoria proposta por Lee (1966) de que os fluxos migratórios aumentam em situações de crise econômica. Ademais, vai de encontro com os dados expostos no capítulo 3

sobre desemprego e crise econômica anteriormente (IBGE).

B) Social e político, ligado a falta de qualidade de vida, a corrupção e a insegurança, como explicou a entrevistada 12:

Acho que os dois fatores que levaram mesmo a mudar de país foram a falta de segurança e a corrupção. Apesar de amar o Brasil, a gente vê todas as dificuldades que existem em relação a essas questões (insegurança e corrupção), e infelizmente são coisas que a gente acha que nunca vai mudar, embora temos esperança, nunca vai mudar (**entrevistada 12**).

Além disso, segundo os entrevistados 6 e 9, a corrupção, violência e a desorganização governamental são fatores sem expectativas de melhora e acabam que interferindo na perspectiva de futuro do brasileiro que decide migrar com intuito de “escapar” dessa dificuldade.

Por fim, uma das entrevistadas citou que não saiu do Brasil por causa de nenhum fator negativo do país, porém admitiu que não voltaria a morar, exatamente, pelos fatores negativos que o país possui:

Eu não saí do Brasil por nenhum motivo negativo, saí porque recebi uma proposta de trabalho fora (Venezuela, depois Austrália). No entanto, eu não voltaria a morar no Brasil, pelos motivos de crescente violência, intolerância das pessoas e políticas públicas e ambientais desastrosas (**entrevistada 11**).

6.1.2 Fatores atrativos

Ao serem questionados a respeito dos fatores que contribuam para a permanência no país, a maior parte dos entrevistados citou a questão emocional ligada a família e amigos: “Minha família, minhas raízes, a parte emocional mesmo são bem complicadas. Por mim eu queria poder ter ficado lá, apesar de tudo, perto do meu povo e da minha família” (**entrevistada 1**).

Ademais, sobre o país de fato, os fatores citados foram: comida boa, clima favorável, a cultura rica e a hospitalidade do povo. Além disso, uma entrevistada citou como fator positivo do país o ensino superior público: “a estabilidade de estar numa faculdade pública né, eu estudava na UECE, uma faculdade boa” (**entrevistada 5**).

Assim, observou-se que no caso dos brasileiros que imigram para o Canadá, o fator emocional tem bem mais peso no processo de decisão de migrar do que os fatores positivos do país de origem, que segundo Lee (1966) agiriam no sentido de manter as pessoas. Observamos isso, de forma clara, na fala do entrevistado 2:

O que contribuía para minha permanência era só a família e os amigos, mas assim, é claro que isso não é a única coisa boa que existe no Brasil, mas se não fosse por isso não teria nenhum outro motivo para eu ficar no país **(entrevistado 2)**.

Dessa forma, o principal fator positivo citado, a família, não se refere propriamente ao Brasil, e sim a fatores pessoais de cada indivíduo como propõe Lee (1966). Ademais, este é o fator que os imigrantes mais sentem falta do país de origem e que gostariam de levar para o Canadá como cita a entrevistada 12: “o Brasil é país lindo, com pessoas calorosas, mas não voltaria para morar, se eu pudesse traria toda minha família para cá, pra ficar perto da gente” **(entrevistada 12)**

6.2 Obstáculos intervenientes

Ao serem questionados sobre os obstáculos que existiram no processo de imigração, os entrevistados citaram pontos como: a distância, a língua, o dinheiro e o processo migratório canadense, indo de acordo com a teoria proposta por Lee (1966) que relaciona as migrações com obstáculos intervenientes.

A respeito da distância, visto o Canadá ser um país, relativamente longe do Brasil, isso implica morar longe da família e dos amigos, além de passagens caras. Sobre a língua, alguns imigrantes acreditam que essa seja um grande obstáculo, por não possuir tanta proficiência no inglês e/ou francês “meu maior receio era de ir pra um lugar onde eu não tinha tanta proficiência na língua (o inglês)” **(entrevistada 4)**. Porém, alguns entrevistados citaram a língua como um fator positivo para ida ao Canadá. Logo, percebemos, assim como Lee (1966) que pessoas diferentes são afetadas de forma diferente pelo mesmo conjunto de obstáculos.

Sobre o processo migratório canadense em si, os entrevistados citaram este como um obstáculo interveniente por ser um processo bastante burocrático e que necessita de bastante dinheiro, como vemos nas falas da entrevistada 1: “O processo em si de visto para vir para o Canadá, é bem trabalhoso e bem burocrático” **(entrevistada 1)**. E do entrevistado 2:

Acho que juntar dinheiro seria considerado o obstáculo mais difícil, pois quando você vem pra cá você começa do zero, pois as suas referências aqui não são nada, não importa onde você formou, não importa onde você trabalhou, a não ser que tenha sido numa empresa que já seja conhecida aqui, então você precisa de um dinheiro até você conseguir se estabilizar **(entrevistado 2)**.

Ademais, ao serem questionados se ao invés do Canadá teriam imigrado para outro país, observou-se que a maioria dos entrevistados respondeu que não. Além disso, muitos entrevistados citaram como exemplo os EUA, país vizinho ao Canadá:

O Canadá te dá muitas oportunidades para a imigração, coisa que os EUA dificultam muito, o Canadá recebe muitos imigrantes e metade da população são de imigrantes, então os programas de imigração são muito maiores **(entrevistada 5)**.

Quando eu era mais novo eu sempre pensei nos EUA, porque todo brasileiro cresce com aquele imaginário dos EUA..., mas o Canadá foi a minha primeira escolha até porque o EUA não tem um processo assim (referindo-se o processo migratório canadense) **(entrevistado 2)**.

Podemos relacionar essa resposta negativa com preposição de Barbosa (2012) de que cada vez mais brasileiros estão preferindo imigrar para o Canadá ao invés dos EUA.

Por fim, a entrevista 5 também citou que os EUA aparenta ser um país bem mais violento que o Canadá: “o Canadá é menos perigoso, os EUA é muito propício a essas doidices de ataque terrorista, no Canadá não tem isso”.

6.3 Fatores pessoais

No que concerne aos fatores pessoais, alguns entrevistados citaram que resolveram imigrar para o Canadá haja vista um desejo pessoal de morar fora do país, da mesma forma que preconiza Lee (1966), ao afirmar que algumas pessoas, tem mais facilidade ou aptidão para romper a inércia natural e assim migrar. Ademais, segundo Lee (1966) pessoas que já migraram tem uma probabilidade pessoal de migrar mais, o que observamos na resposta da entrevista 1 quando indagada sobre os fatores que a levaram a deixar o país:

Quando a gente chegou no Brasil, eu e meu esposo, houve muita dificuldade de empregabilidade para o meu esposo porque ele não fala português e a gente já tinha tido experiência profissional de imigração mesmo, sabia que era sim possível ter uma vida fora do Brasil, a gente juntou dinheiro de rescisão e fomos **(entrevistada 1)**.

Observa-se então que a entrevistada 1, por já ter experiência em imigrar, possuía uma maior facilidade em enfrentar os obstáculos intervenientes e facilidade em avaliar os fatores positivos e negativos tanto do local de origem como o de destino.

Além disso, foi possível observar através de alguns entrevistados, que possuem filhos, algumas ideias da teoria do capital humano, que destaca o investimento no futuro do filho como motivo para imigração internacional. Dessa forma, podemos tomar como exemplo a entrevista 12, que ao questionada sobre os motivos da sua ida para o Canadá respondeu que queria dar melhores condições aos filhos, criando-os em um país mais seguro e com boa educação. Assim como a entrevistada 11 que afirmou:

No Canadá, eu vejo respeito entre as pessoas, independente da religião, cor, origem, orientação sexual, etc. As pessoas respeitam as leis, têm uma grande consciência de preservação da natureza e dos espaços públicos e mentalidade aberta pra procurar soluções em geral, não somente apontar culpados. É uma sociedade onde cada um busca fazer sua parte, sem passar por cima do outro, e como consequência dessa mentalidade, onde todos buscam um bem comum, existe segurança, sistema de saúde gratuito, excelentes escolas públicas e ótima infraestrutura pra quem tem filhos **(entrevistada 11)**.

Ademais, ao serem perguntados se houve uma rede de amigos ou familiares que ajudou no processo imigratório a maioria dos entrevistados respondeu que não. De fato, boa parte dos entrevistados disse que as informações sobre o processo foram colhidas do próprio Brasil a partir da internet: “Não conhecia ninguém que morava no Canadá, peguei as informações tudo de dentro de casa aqui no Brasil” **(entrevistado 3)**, ou no caso do entrevistado 9, que imigrou nos anos 90, por carta: “Obtive todas as informações sobre visto e imigração através de correspondências com a Universidade de Waterloo, onde estudei. Ainda não existia a Internet como a conhecemos hoje, então era na base da carta mesmo” **(entrevistado 9)**. Ademais, outra forma de informação e/ou ajuda com o processo de imigração se deu a partir de consultorias especializadas como no caso da entrevistada 1:

Como é um processo caro, eu tinha medo de errar, fazer alguma coisa errada, como de fato até aconteceu, minha primeira aplicação foi negada, porque o dinheiro que tinha no banco não estava declarado no meu imposto de renda **(entrevistada 1)**.

Assim, podemos perceber, que neste caso, as imigrações não possuem um caráter de laços sociais, propostas por Singer (1980), pois não percebemos um forte atração causada por redes familiares, de amigos e antigos migrantes, haja visto que os imigrantes brasileiros, migraram em sua maior parte, sem ajuda de familiares ou amigos próximos que já moravam no Canadá.

6.4 Fatores associados ao Canadá

6.4.1 Fatores atrativos

Ao serem questionados sobre o porquê de escolher o Canadá como país para imigração os entrevistados citaram fatores positivos do país, indo de encontro com a teoria de atração e repulsão (LEE, 1966; RAVENSTEIN 1889).

A respeito do fator econômico, os fatores mais citados foram: a estabilidade econômica do país e as grandes oportunidades de emprego, como explicam o entrevistado 2: “A economia é muito desenvolvida, é fácil de empreender, trabalhar e está um momento político muito positivo” (entrevistado 2). E também a entrevistada 1:

Aqui só não trabalha quem não quer, só fica liso quem quer, pode ser que você não encontre o emprego dos sonhos logo de cara, mas você tiver vontade de trabalhar dá para encontrar um emprego bom em qualquer canto (**entrevistada 1**).

Podemos assim associar esses fatores a teoria de Lee (1966) quando este afirma que condições econômicas favoráveis de determinada região estimulam o fluxo migratório. Ademais, aos dados sobre o estável crescimento econômico canadense (BANCO MUNDIAL, 2019) e diminuição do desemprego (STATISTICS CANADA, 2019) no país.

Já no âmbito social, os principais fatores citados estão relacionados ao transporte público de qualidade, a educação do povo, a segurança e a admiração pública, de forma mais resumida a qualidade de vida que o país proporciona como explicou a entrevista 1 ao ser indagada sobre quais fatores levaram ela a escolher o Canadá:

A administração daqui, as facilidades, tudo que o governo canadense oferece para quem mora aqui, os suportes e tudo, a qualidade de vida se fosse numa palavra só, a gente não quer tá comparando mas qualidade de vida tem aqui [...] Eu não gosto de comparar meu Brasil querido com canto nenhum porque eu acho que cada canto tem seus pros e seus contras, mas quando eu penso assim no meu filho sabe, quando eu vou andando pra escola com ele, eu vou olhando assim e é tudo limpo, tudo tão bonito, organizado, vejo as pessoas tão educadas na rua, você se sente segura (**entrevistada 1**).

Ainda sobre a segurança a entrevistada 12 completou:

No Canadá podemos andar na rua a qualquer hora da noite sem medo, sem

preocupação, sem a questão do: será se vai ter um ladrão para roubar a gente. Podemos andar de carro sem a questão de ficar olhando nos retrovisores com medo de sermos assaltados. **(entrevistada 12).**

Ademais, outro fator atrativo citado pelos entrevistados foi a abertura do país a imigração, sendo esse um fator muito importante para a ida da maioria dos entrevistados, como explicou o entrevistado 2:

O Canadá é um país muito aberto a migração, acho que esse foi o principal fator...eu não tenho cidadania europeia, então não tinha como eu ir para a Europa, o EUA não é aberto, a Austrália não é muito meu perfil, então de todas aquelas opções clichês o Canadá é o que se destacava nisso **(entrevistado 2).**

Dessa forma, ao serem questionados sobre a política imigratória canadense, 100% dos entrevistados responderam que essa favorece o processo de imigração para o Canadá, visto que apesar dos entraves burocráticos, existem diversas maneiras de se imigrar legalmente para o país.

A política migratória canadense favorece muito, o Canadá tem visto para tudo que você possa imaginar, tem visto para empreendedor, tem o *Express Entry* (processo mais genérico, como eu fiz), tem bolsa de pesquisa [...] Na verdade eles dependem da imigração né, até para refugiados eles são muito abertos **(entrevistado 2).**

Ademais, a entrevista 5 ainda ressalta que mesmo para os casos das imigrações ilegais a política imigratória canadense é favorável:

O Canadá oferece vários programas de imigração, te dá muitas oportunidades, até mesmo para pessoas que já tenham tido migrado ilegalmente, elas posteriormente conseguem migrar de forma legal através de alguns processos judiciais **(entrevistada 5).**

Assim, observa-se que esse caráter positivo da política migratória canadense se dá visto que esta é voltada principalmente para atender as necessidades do país e é construída de uma forma dinâmica a partir do sistema de pontos, como explica Bloemraad (2012) e a entrevistada 1:

Apesar do sistema ser moroso, lento, é dinâmico, se adequa as necessidades momentâneas do país. É bastante inteligente, por exemplo, hoje o país está buscando profissionais de T.I, então pessoas com essa formação serão mais visadas para imigrar. Mas amanhã outras profissões podem estar em demanda e o sistema de pontos mudar favorecendo elas **(entrevistada 1).**

6.4.2 Fatores repulsivos

Ao serem questionados sobre quais fatores relacionados ao Canadá levariam a voltar ao Brasil o mais citado pelos entrevistados foi o clima frio, indo de encontro a preposição de Lee (1966) de que um clima ruim é repulsivo para quase todas as pessoas. O fato é que o Canadá possui clima extremamente frio o que acaba desagradando a maioria dos brasileiros que estão acostumados com temperaturas mais elevadas.

Realmente é frio durante boa parte do ano, durante 5 ou 6 meses nós ficamos com temperaturas que não são muito propicias para você ir pra praia ou botar a cara na rua [...] mas o que acho que é pior nesse cenário, são as doenças que a população acabou tendo derivadas do tempo frio **(entrevistado 2)**

Outro fator citado foi o fato da cultura canadense, ser mais fechada e individualista que a brasileira como explicou a entrevistada 1: “eles não querem saber o que está acontecendo com sua vida, é um povo extremamente educado, um povo extremamente respeitador, mas é cada um na sua”.

Por fim, outros fatores citados foram o custo de vida alto e o trânsito em algumas cidades, por exemplo, em Toronto. E o sistema de saúde, que apesar de ser gratuito como o SUS, não possui um diagnóstico bom e alguns vezes demora para se resolver a doença no médico, como citou o entrevistado 2. Porém, ainda segundo todos esses problemas se compararmos ao Brasil acabam não sendo tão grandes: “mas assim, todos esses pontos negativos, quando a gente compara com o Brasil, a qualidade daqui continua sendo melhor” **(entrevistado 2)**.

Dessa forma, tem-se o quadro 4 com um resumo da análise das entrevistas:

Quadro 4 – Resumo Análise de resultados

Fatores associados ao Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores repulsivos - Fatores laborais (desemprego, falta de oportunidades de trabalho; demissão); - Crise econômica e ambiente de negócios não favorável; - Corrupção; - Insegurança; - Baixa qualidade de vida. • Fatores atrativos - Fatores emocionais (proximidade da família e dos amigos); - Comida boa; - Clima favorável; - Cultura rica e hospitaleira; - Ensino superior público de qualidade.
-------------------------------------	---

<p>Obstáculos intervenientes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Distância; - Alta quantia de dinheiro necessária; - Língua estrangeira; - Processo migratório burocrático.
<p>Fatores pessoais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desejo pessoal de imigrar; - Preocupação com o futuro dos filhos; - Os imigrantes brasileiros, migraram em sua maior parte, sem ajuda de familiares ou amigos próximos que já moravam no Canadá.
<p>Fatores associados ao Canadá</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores atrativos - Estabilidade econômica; - Oportunidades de emprego; - Alta qualidade de vida e bem-estar social; - Abertura do país a imigração estrangeira; - Política imigratória de incentivo a imigração estrangeira. • Fatores repulsivos - Clima frio; - Cultura individualista; - Custo de vida alto.

Fonte: Elaborado pelo o autor (2019).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs como objetivo geral analisar o fenômeno da imigração brasileira para o Canadá à luz do modelo de atração e repulsão, e por meio de uma revisão bibliográfica e de entrevistas feitas com brasileiros que vivem no Canadá percebeu-se que diversos fatores positivos e negativos relacionados ao Brasil e ao Canadá atuam no sentido de impulsionar esse processo migratório, respondendo assim o problema de pesquisa.

Dessa forma, a fim de solucionar o problema de pesquisa, a análise foi construída a partir de quatro objetivos específicos, estes atingidos ao longo do trabalho.

O primeiro objetivo específico visou analisar o modelo de atração e repulsão proposto por LEE (1966) verificando as possíveis aplicações ao caso da imigração brasileira o Canadá. Assim, concluiu-se que o modelo muito consegue explicar o processo imigratório de brasileiros no Canadá, haja vista que devido ao Brasil possuir fatores negativos (crise econômica, desemprego, violência, etc.) que se sobressaem aos seus fatores positivos cada vez mais brasileiros estão emigrando em busca de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida. E o Canadá, como país desenvolvido, possui fatores positivos (política imigratória de incentivo a imigração, estabilidade econômica, oportunidades de emprego, etc.) que se sobressaem aos seus fatores negativos e atraem cada vez mais os brasileiros.

O segundo objetivo específico buscou verificar quais os principais fatores atrativos e repulsivos no Brasil na perspectiva dos emigrantes. Assim, no que se referem à saída dos brasileiros, estes vem deixando o país, principalmente, por fatores negativos relacionadas ao atual cenário econômico do Brasil: desemprego alto e desaceleração econômica; seguindo pelo o motivo de falta de qualidade de vida, falta de segurança e corrupção. Além disso, verificou-se que no processo de decisão do migrante brasileiro a percepção dos fatores positivos do Brasil parece ser fraca, visto que o que realmente tende a mantê-los no país são questões emocionais de cunho familiar ou de amigos, e não de fatores positivos propriamente ditos do país.

A respeito da escolha do Canadá como país de destino, o terceiro objetivo específico buscou identificar quais os principais fatores atrativos e repulsivos no Canadá na perspectiva dos imigrantes. Dessa forma, constatou-se que os brasileiros estão imigrando para o país haja vista dois aspectos principais. O primeiro refere-se

ao Canadá ser um país economicamente desenvolvido que possui fatores atrativos que contrapõem os repulsivos do Brasil. Isso, pois além de proporcionar uma maior oportunidade de emprego e ter um crescimento econômico estável, o país também proporciona uma melhor qualidade de vida, haja vista seu elevado IDH e êxito em indicadores de educação, saúde e segurança. O segundo fator, e de grande importância para imigração brasileira para o Canadá é a abertura do país a imigração, haja vista sua política migratória de incentivo a imigração muito apoiada pela opinião pública canadense. Ademais, quanto aos fatores repulsivos do Canadá estes se concentram na questão de o país ser bastante frio com temperaturas bem diferentes das observadas no Brasil e no individualismo da sociedade canadense.

Assim, a partir do quarto objetivo específico que buscou caracterizar a política imigratória do Canadá, observou-se que o país possui uma política imigratória bem definida baseada num sistema de pontos que estimula a entrada do imigrante a partir de habilidades como: educação, proficiência em língua e experiência profissional. Isso, pois o Canadá utiliza-se da imigração como um fator chave para o seu crescimento econômico incentivando-a para dinamizar seu mercado de trabalho. Desse modo, existem inúmeros processos para a imigração legal, diferente do que ocorre em outros países desenvolvidos e que possuem tradição imigratória como os EUA, que adotam uma política de restrição a imigração.

Portanto, a partir das preposições expostas acredita-se que, caso não haja uma melhora considerável nas condições econômicas (emprego e estabilidade) e sociais (violência, corrupção, etc.) do Brasil, a imigração brasileira para o Canadá crescerá haja vista as possibilidades o governo canadense proporciona, tanto de emprego e qualidade de vida, quanto de imigração legal.

Ademais, vale ressaltar, que mesmo o trabalho em questão sendo de suma importância para o debate das imigrações brasileiras para o Canadá, por si não consegue sanar todas as questões relacionadas ao tema. Isso, pois, a pesquisa possui limitações haja vista que os imigrantes não são uma amostra aleatória da sociedade. Logo as conclusões aqui apresentadas não podem ser tomadas para a população de imigrantes brasileiros no Canadá como um todo.

Por fim, propõe-se como sugestão para novos estudos a comparação entre a imigração brasileira para o Canadá e para os EUA, pois grande parte dos entrevistados ao serem questionados sobre os motivos os quais escolheram o Canadá como país de destino respondeu como importante fator a abertura canadense a

imigração contrapondo-a com a política restritiva norte-americana. Assim, acredita-se que essa análise muito contribuirá com o tema proposto no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

AIR CANADA. **Temperatura e clima**. Disponível em: <<http://www.aircanada.com.br/canada/default.aspx?pageid=86>> Acesso em: 20 mai. 2019.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de. “As ‘causas’ e os ‘motivos’ na emigração de brasileiros para a França. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, n. 3, p. 369-386, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/6289/4799>>. Acesso: 10 mar. 2019.

AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (Orgs.). **Corrupção e Sistema Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BALBINOTTO, Giacomono Neto. Teoria econômica da migração. UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://ppge.ufrgs.gov.br/giacomo/arquivos/eco02268/teoria-migracao.pdf>> Acesso em: 10 mar 2019.

BARBOSA, Fernando de Holanda Filho; PESSOA, Samuel (Cols.). **Desaceleração Recente da Economia Brasileira**. Publicado na coletânea “Sob a Luz do Sol”. São Paulo: Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP), 2014. Disponível em: <<http://cdpp.org.br/site/pt/publicacoes/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BARBOSA, Rosana. Brasil-Canadá: ligações migratórias nos séculos XIX e XX. **Interfaces Brasil/Canada**, Pelotas, v. 12, n. 1, p. 183-200, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7211>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BARBOSA, Rosana. Brazilian Immigration to Canada. **Canadian Ethnic Studies**, Baltimore, v. 41, n. 1-2, p. 215-225, 2009. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/453974/pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BLOEMRAAD, Irene. **Understanding “Canadian Exceptionalism” in Immigration and Pluralism Policy**. Transatlantic Council on Migration. Migration Policy Institute. Washington, 2012. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/research/TCM-canadian-exceptionalism>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BLOOMBERG. **Economics**, 2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/graphics/world-economic-indicators-dashboard/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BONIKOWSKY, Laura Neilson. Winter. In: The Canadian Encyclopedia. **Historica Canada**, 2012. Disponível em: <<https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/winter>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BORJAS, George. J. Economic Theory and International Migration. **International Migration Review**, v. 23, n. 3, 1989.

BOYD, Monica. Immigration Policies and Trends: A Comparison of Canada and the United States. **Demography**, v. 13, n. 1, p. 83-104. Population Association of America, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2060422?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BRAGA, Gustavo Haddad. Professores são mais próximos dos alunos nos EUA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2013. Entrevista concedida a Fábio Takahashi. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/01/1217641-professores-sao-mais-proximos-dos-alunos-nos-eua-diz-bolsista.shtml>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

CANADÁ emite recorde de vistos de residência para brasileiros. **Metrópoles**, 2019. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/canada-emite-recorde-de-vistos-de-residencia-para-brasileiros>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CANADA.CA. **Immigration and citizenship**. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/services/immigration-citizenship.html>> Acesso em: 3 mai 2019 – 20 mai. 2019.

CANADA.CA. **Weather, climate and hazards**. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/services/environment/weather.html>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

CBRE. **Global Living 2019**. Londres, 2019. Disponível em: <<https://www.cbresidential.com/uk/sites/uk-residential/files/property-info/FINAL%20REPORT.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

CEPIK, Marco. **Relações Internacionais: conceitos, atores, processos, instituições e teorias**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://clippingcad.com.br/uploads/cepi-abin-2018/Texto%20Cepik%20-%20Semana%203.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CIA – Central Intelligence Agency. **The world fact book – North America: Canada**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

CÔRREA, Patrícia Santiago de Medeiros; CORREIA, Liziane Pinto. Faces do desemprego no Brasil: qual a questão de gênero? In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO & III INOVARSE, 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INOVARSE, 2016. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_111.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

DATA SUS - Departamento de Informática do SUS. **Informações de Saúde (TABNET)**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003. Apostila. Disponível em: <https://cafarufrij.files.wordpress.com/2009/05/metodologia_pesquisa_cientifica.pdf. > Acesso em: 15 mai. 2019.

FERRER, Ana; PICOT, Garnett; RIDDELL, Craig. CANADA. In: **Labour Shortages and Migration Policy**. Brussels. International Organization for Migration, 2013. Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/Labour_Shortages_and_Migration_Policy.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento Municipal 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:<https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.120 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas**. Disponível em:<<https://ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 mar. 2019 – 20 abr. 2019.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice Geral de Cursos (IGC) de 2017**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:<<http://inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->>. Acesso em: 14 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **ICC de janeiro de 2019** . Rio de Janeiro, 2019. Disponível em<<https://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso em: 1 mai. 2019.

LEAL, Maria do Carmo *et al.* Saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil nos 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Ciênc. Saúde coletiva**, v.23, n.6, p. 1915-1928,2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1915.pdf>>. Acesso: 10 mar. 2019.

LEE, Everett. A Theory of Migration. **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47-57. Population Association of America, 1966. Disponível em :<<https://emigratecaportuguesa.files.wordpress.com/2015/04/1966-a-theory-of-migration.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2019.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. 2.ed. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 476p ISBN 978-85-7791-007-6.

LIMA, Josiane de. **O desenvolvimento econômico e as migrações: percepções**

sobre a política migratória do Canadá. Santana do Livramento: Unipampa, 2015. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br/handle/riiu/838>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

MASSEY, Douglas S. et al. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-434, New York. Population Council, 1993. Disponível em: <<http://www.israel-sociology.org.il/Common/FilesBinaryWrite.aspx?disposition=attachment&id=234>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A política Econômica Durante o Governo Lula (2003 – 2010): Cenários, Resultados e Perspectivas. In: De Paula, 267 Marilene (Org.). **“Nunca Antes na História desse País”...? Um balanço das políticas do Governo Lula**. Rio de Janeiro – RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011. Disponível em: <<https://www.joserobertoafonso.com.br/attachment/6364>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 3 fev 2019 – 20 mai. 2019.

NOGUEIRA, João P; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOMERIANO, A. S et al. Expansão do Ensino Superior no Governo Lula da Silva: Prouni, Reuni e Interiorização da IFES. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”, 2012, São Cristóvão/CE. **Anais...** São Cristóvão/CE: [s.i.], 2012.

O BRASIL tem pouco imigrante. **Uol notícias**, 2019. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#o-brasil-tem-pouco-imigrante>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

OCDE. **Economic surveys**: Canada 2018. Paris, 2018. Disponível em: <<https://www.oecd.org/eco/surveys/Canada-2018-economic-survey-key-policy-insights.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

OCDE. **Education at a glance 2018**: OCDE indicators. Paris, 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2018/EAG_Relatorio_na_integra.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

OECD – **Organization for Economic Cooperation and Development**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso: 13 fev. 2019 – 20 mai. 2019.

OLIVEIRA, C.; MARTINS, P. A hospitalidade e cordialidade brasileira: o Brasil percebido por estrangeiros. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 2, p. 196-209, 1 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14181>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. Human Development Reports. United Nations Development Programme. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 4 mar 2019 – 20 mai. 2019.

ORRENIUS, Pia M.; ZAVODNY, Madeline. **A Comparison of the U.S. and Canadian Immigration Systems**. NRC Global High-SkilledImmigration Workshop, 2014. Disponível em: <https://sites.nationalacademies.org/cs/groups/pgasite/documents/webpage/pga_152160.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2019.

OTRANTO, Celia Regina. A reforma da educação superior do Governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira; MANCEBO, Deise. (Orgs.). **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2006.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

OXFAM BRASIL. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacoes/pais-estagnado>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: 1º Encontro Nacional sobre Migração. Sessão Temática 4: Reflexões teóricas e metodológicas para os estudos de migração no Brasil. Curitiba, **Anais...**, 1997.

PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos – Thirty years of the Unifed Health System (SUS). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1723–1728, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/1723-1728/>>. Acesso: 10 mar. 2019.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125-144, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **SOCIUS Working Papers**, Lisboa, n. 11, 2004. Disponível em: <<https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/wp/wp200411.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PEREIRA, Aaron Lopes. **Causas e consequências da crise econômica brasileira de 2014 a 2016**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/53205/Aaron%20Lopes%20Pereira%20-%20Departamento%20de%20Economia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

PIERCE, Sarah; SELEE, Andrew. **Immigration under Trump: A Review of Policy Shifts in the Year Since the Election**. Migration Policy Institute. Washington, 2017. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/research/immigration-under-trump-review-policy-shifts>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

PIRES, Rui Pena. **Migrações e integração: teoria e aplicação à sociedade portuguesa**. Oeiras: Celta Editora, 2003.

POCHAMN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 7-19, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00007.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

POCHAMN, M. Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil. **Revista do núcleo de estudos catarinenses**, Florianópolis, v.7, n.13, p. 11-27, 2018. Disponível em: <<http://stat.cbsm.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/view/5275>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação**. Oeiras: Celta, 1999.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. **Revista Experimental**. São Paulo: FFLCH/USP, p.11-24, 1997.

PRAXEDES, W. Reflexões sociológicas sobre a hospitalidade. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.2, n. 37, Jun, 2004.

RAMOS, Klyssia. **Sistema único de saúde brasileiro x sistema de saúde norte americano: um estudo comparativo**. Santa Catarina: Unisul, 2017. Disponível em: <<https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/5672>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RAVENSTEIN, E.G. The laws of Migrations (Second Paper). **Journal of the Statistical Society of London**. v. 52, n. 2, 1889. Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/197685277/E-G-Ravenstein-JRSS-1889-The-Laws-of-Migration>>. Acesso em 12 fev. 2019.

RAVENSTEIN, E.G. The laws of Migrations. **Journal of the Statistical Society of London**. v. 48, n. 2, 1885. Disponível em: <https://cla.umn.edu/sites/cla.umn.edu/files/the_laws_of_migration.pdf>. Acesso em 12 fev. 2019.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/52344351/REIS-Jose-Carlos-As-Identidades-do-Brasil-de-Varnhagem-a-FHC>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

RIBEIRO, Isolda Lins. Patrimonialismo e personalismo: a gênese das práticas de corrupção no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19.,2010, Fortaleza. **Anais...**Belo Horizonte: William Freire, 2017. Disponível

em:<http://williamfreire.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Patrimonialismo_e_personalismo_a_genese.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RONCALLI, A.G. O desenvolvimento das políticas públicas de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde. In: Antonio Carlos Pereira (Org.). **Odontologia em Saúde Coletiva: planejando ações e promovendo saúde**. Porto Alegre: ARTMED, 2003. Cap. 2. p. 28-49. ISBN: 853630166X. Disponível em:<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/nesp/arquivos/files/downloads/especializacao1-2007/modulo_1/desenv_pol_pub_saude_brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SALES, Teresa. “O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais”. In: PATARRA, Neide (org) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Campinas: Abep. 3, p.119-144, 1992. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609/589>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SANTOS, A. As principais motivações para a migração internacional - o caso do Marrocos para a Espanha. **Leviathan**, São Paulo, n. 6, p. 92-113, 18 maio 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/132323>>. Acesso: 10 mar. 2019.

SANTOS, M. A. *et al.* Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. **Texto para Discussão CEDEPLAR**, Belo Horizonte, n. 398. p. 1-18, 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12., Caxambu, 2000. **Anais...** São Paulo: ABEP, p.6-7. 2000. Disponível em: <https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Inter_nacionais.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.

SCHERVIER, Z. Brasileiros no Canadá: em busca de segurança? **Interfaces Brasil/Canadá**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 231-252, 2005. Disponível em:<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6512/4594>>. Acesso: 3 fev. 2019.

SILVA, Robson Rodrigues da. Um país que mata. **Nexo jornal**, São Paulo, 12 abr.2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2018/04/12/Um-pa%C3%ADs-que-mata>>. Acesso em: 1 mai. 2019.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o estudo. In.: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza/CE: BNB/ETENE,

1980, p. 211- 244, 722p.

STATCAN – **Statistics Canada**. Disponível em: <<https://www.statcan.gc.ca/eng/start> >. Acesso: 3 mai 2019 – 20 mai. 2019.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators**. Disponível em :<<https://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

TROPER, Harold. Immigration in Canada. In: The Canadian Encyclopedia. **Historica Canada**, 2013. Disponível em: <<http://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/immigration/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **International Migration Flows to and from Selected Countries: The 2015 Revision**. New York, 2015. Disponível em: <<https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/empirical2/docs/migflows2015documentation.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

WORLD'S Safest Countries 2019. **Global Finance**, 2019. Disponível em: <<https://www.gfmag.com/global-data/non-economic-data/worlds-safest-countries-2019>>. Acesso em: 19 mai. 2019.